DISCURSOS DA

RENDA BÁSICA

EUROPA 2015-2016

MARCUS BRANCAGLIONE

Discursos da Renda Básica na Europa

2015-2016

Marcus Brancaglione

Sumário

Introdução **9**

Discurso Revolucionário pela Renda Básica Incondicional ao Goetheanum **11**

Da Organização Pelos Povos Unidos **11**

Da Revolução da Renda Básica EcoLibertária **19**

Da Liberdade, Propriedade e Identidade **29**

Ensaio para Discurso em Paris **39**

Parte I **39**

Parte II* 42

Discurso para a Conferência Budapeste **50**

No final um ensaio (muito mais longo do que deveria e fora do curto alcance do meu inglês). 50

Renda Básica como Liberdade 51

Introdução 51

I Pobreza 55

II Liberdade 58

III Humanidade 61

IV Modelos Experimentais 67

V Estudos Experimentais 69

VI Ciência 74

VII Filosofia 78

QUATINGA VELHO E O BOLSA-FAMILIA, HOJE E AMANHÃ.... 81

Ensaio dedicado ao Congresso de Maastricht..... 81
Agradecimentos 84
O ReCivitas pode até incomodar muita gente, mas Quatinga Velho... Quatinga Velho se tivesse voz cantaria Raul Seixas: "eu sou a mosca que pousou na sua sopa".. 96
O Bolsa-família inaugurou uma nova forma de armadilha da pobreza, não só econômica, mas agora também política.... 104
Quatinga Velho Agora e Amanhã 114
Recomeçando ainda menor para ir ainda mais longe ... 114
DADOS E NÚMEROS DO NOVO MODELO DE QUATINGA VELHO 130
Primeiro Pagamento no Novo Modelo Garantido..... 131
Projeções..... 131
Emancipação Sustentável..... 131
Outras Projeções 132
Beneficiários não Moradores 132

Aos meus filhos.

Introdução

Em Outubro de 2015 fomos convidados pelo Goetheanum para participar do Social Forum Networking Conference em Dornach, Suiça. Foram 4 dias intensos de informações e troca de experiências com mais de 40 projetos de pessoas e organizações do mundo todo. Uma experiência rica e que irá se multiplicar e crescer certamente pelo empenho e importância de todos os envolvidos.
Devido ao convite e conversar com os amigos dos movimentos da renda básica espalhados pela europa, começaram a surgir outros convites para congressos, workshops e rever alguns amigos.
Assim, começamos nossa terceira viagem da Renda Básica na Europa (2010, 2012, 2015), mas esta, ao contrário das outras, não seriam 3 meses, e sim 6 meses no inverno europeu.
Fomos para cidades novas, grupos e pessoas que a gente só conhecia virtualmente pudemos trocar palavras entre um café e outro.
Para redução dos gastos de todos, afinal estávamos com nossos dois filhos pequenos de 2 e 4 anos na época, ficamos na casa das pessoas que gentilmente sediam um quarto para nós. A cada semana uma cidade ou país novo, uma família, amigos novos. Fico ainda mais feliz pela oportunidade dos meus filhos conhecer de perto estas pessoas, sei que ali no inconsciente deles, por serem muito pequenos, esta viagem foi marcante pelos laços construídos com estas pessoas.
Após Dornach, seguimos para Lorrach na Alemanha. Marcus participou também de uma reunião em Berna do grupo Suiço que fez a maior faixa do mundo que entrou para o guinnes. Seguimos para Paris, um dos movimentos mais fortes atualmente na europa e que havíamos conhecido já em 2012 quando ainda eram poucas pessoas.
Na Alemanha, visitamos novamente os grupos de Berlim, Koln, Hamburgo. Na Hungria pudemos participar do Congresso anual da

Renda Básica daquele país, rever amigos e palestrar na School of Public Policy em Budapeste. Na Dinamarca conhecemos um grupo novo de pessoas que debatem o tema e que muitas vezes se juntam com o movimento da Suécia em Malmo, (onde também fomos), devido a facilidade de locomoção entre os países. De lá voamos para Portugal, outro movimento que forte e tem crescido muito devido ao grupo coeso e atuante. Lá fizemos um workshop de 5 dias na ISCTE de Lisboa, foi a primeira vez que pudemos explicar a fundo em língua portuguesa metodologia, conceitos e inovações aplicadas, pois em todos os outros países nós falávamos em inglês ou com algum tradutor, mas é sabido que assim sempre se perde palavras e a força da construção gramatical da língua materna.
De Portugal, mandamos o discurso para o Congresso da BIEN em Maastricht, Holanda, que não pudemos participar devido a nossa permanência por 3 meses no espaço Schengen.
Seguimos e ficamos na Irlanda por muito tempo na casa de amigos, e de lá seguimos para Oxford University ministrar aula na faculdade de Geografia e Meio Ambiente.
Neste meio tempo, em Janeiro de 2016, diretamente da Irlanda, recomeçamos o projeto em Quatinga Velho, agora com o novo modelo Basic Income Startup, que você pode encontrar no outro livro os artigos referentes a este projeto.
Assim, neste livro você encontra os discursos de alguns lugares que formulamos para ser lido durante o evento e ser traduzido instantaneamente.

Grande abraço e boa leitura.
Bruna Augusto

Discurso Revolucionário pela Renda Básica Incondicional ao Goetheanum

Da Organização Pelos Povos Unidos

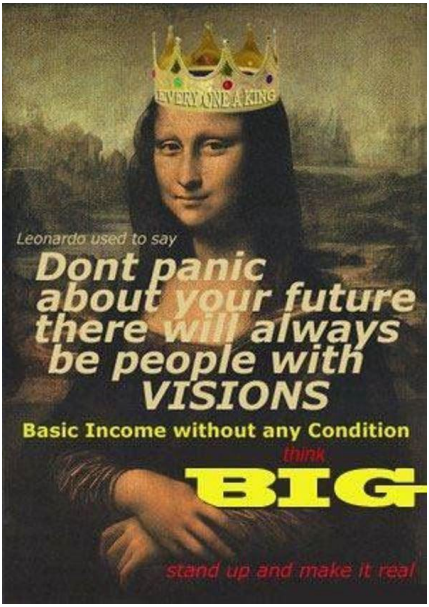
Meu nome é Marcus Brancaglione. Para quem não me conhece a única razão para estar aqui falando hoje é por que fui junto com Bruna Pereira responsável pela realização do projeto-piloto da renda básica em Quatinga Velho (2008–2014). Uma experiência bem sucedida em todos os sentidos. Menos em um: não era para ter acabado. Sem modéstia um projeto tão minúsculo quanto revolucionário.

Porém, tão importante quanto o projeto foram as chances como esta de não só de falar sobre o projeto, mas ser ouvido. O

que é muito mais difícil. E aqui foi, senão uma das primeiras uma das mais marcantes inclusive para nós. Obrigado.

E eis que estamos de novo. Mas não só para agradecer, ou só falar mais do projeto. Mas também para retribuir aqui e agora propostas fundamentadas em nossa experiência independente para este que entendemos (ser em todos os sentidos) o momento certo da renda básica na Europa.

Por isso, desta vez viemos trazer algo além do testemunho da transformação da renda básica — até porque isto faz parte da nossa história de vida e jamais nos furtaremos de compartilhar. Viemos com proposta que representam nossa nova visão de mundo, muito dela aprendida nesta experiência. Venho como discurso que não tenho vergonha de dizer que é pretensiosamente revolucionário. Até porque a vergonha perante o que se supõe normal não cabe para quem quer mudar nada. Talvez não sejam as ideias mais revolucionárias que o mundo precisa, mas é o mais sincero, corajoso e revolucionário discurso que eu consigo dar. E que sei que não poderia fazer menos.



É por esta razão que antes de mais nada, quero fazer a vocês a pergunta que um dia me fiz quando abandonei a universidade de filosofia para

me dedicar a pequenos ações sociais. Pergunta esta que agora para escrever estas palavras volto a me fazer:

Até que ponto as ideias e ideais postos em palavras podem transformar o mundo?

É evidente que a palavra nunca deixa de ser ato, mas a pergunta é: até onde este ato pode ser tão revolucionário quanto uma experiência?

Creio que hoje seja o ato como palavra seja o ato como movimento ou ação social, o seu poder libertador e revolucionário está na capacidade não apenas de provocar a sentidos, ou promover a capacidade de auto-significação ou co-significação dos seres inteligentes, mas despertar sua sensibilidade, algo que não está restrito a apelos emocionais ou morais, algo que não está restrito a meros fenômenos psicológicos ou comportamentais, mas que envolve fenômenos criativos e transcendentais que compõe aquilo que em geral chamamos por espírito, mas a que eu prefiro identificar como a força geradora de cada vida e sua forma em particular a qual identifico como a força de vontade pura materializada. E quando digo materializada não falo apenas da parte cognoscível aos nossos sentidos, mas ao todo que compõe o ser em sua liberdade e autonomia não apartada mas em rede.

A experiência pessoal é sempre reveladora, empoderadora. Mas somente enquanto relação com o outro. E a palavra e o signo não deixam de ser parte de tal vivencia. Por isso acredito que os discursos fazem parte das revoluções do mundo e palavras podem ser muito mais inspiradoras e revolucionárias que

muitas ações ordinárias do cotidiano, desde que enquanto ato esteja cheias de significado.

Creio então que a palavra pode muito enquanto ato revolucionário principalmente quando estabelece a comunicação harmônica entre os intelectos com vontade de ser, estas forças repletas de vontade para mudar o mundo. Especialmente onde elas mais precisam ser mudadas. E eu pergunto quem conhecendo o lugar onde vive, não acredita ou um dia acreditou que ele precisava ser mudado? Ou quem em sã consciência hoje não acredita que não precise mudar em alguma coisa em favor do nosso mundo?

Porém porque não apenas evoluirmos enquanto humanidade, porque temos esta necessidade de constantemente nos reinventarmos e revolucionarmos?

Porque onde há coisas que precisam especialmente onde elas devem ser mudadas não podemos ser ingênuos: há pessoas querendo e ganhando com a imobilidade e a desgraça alheia. A gente literalmente investindo em ignorância para pobreza não apenas material, mas de espírito. Cerceando o desenvolvimento natural.

Se há algo que descobri com a experiência da renda básica é que ela é profundamente ecológica, precisamos fazer muito esforço para que ela aconteça porque precisamos fazer muito esforço para reparar tudo o que fazemos sistematicamente de errado com o desenvolvimento humano e natural. Se conseguíssemos simplesmente parar de destruir nossa natureza não apenas ambiental, mas humana o entendimento das

necessidades do mínimo vital seriam reconhecidos com a mesma facilidade que as pessoas precisam de ar, luz, água ou terras para viver — e notem que até sobre estas coisas tão capitais estamos todos ficando cada vez mais em todos os sentidos alienados.

Logo onde há alienados, há alienadores. E que não só farão de tudo para que as coisas não mudem. Farão qualquer coisa para que não se fale abertamente sobre a natureza do seu mal, porque esses males do poder que carecem da ignorância e pobreza para se perpetuar, carecem mais do controle dos meios de comunicação, carecem do controle dos meios vitais e ambientais.

Hoje não tenho mais ilusões quanto a renda básica ou a preservação da natureza, ou a renaturação do desenvolvimento cosmopolita da humanidade, todo esse movimento é mais do que evolutivo ele é quântico, é feito de saltos históricos, é revolucionário. O discurso revolucionário não é palestra de autoajuda, não é politicamente correto nem tradicional, é libertário. A palavra que não incomoda, a palavra de amor a liberdade e ao conhecimento que não desperta a ira não só quem não sabe, não quer saber e tem raiva de quem sabe, mas sobretudo que quer contar também aos outros o pouco que aprendeu não é libertária nem muito revolucionária.

Falar sobre a revolução da liberdade é necessariamente falar sobre coisas que gente disposta não quer ouvir o contraditório é até mesmo capaz de usar da violência para calar e censura. Não podemos ser ingênuos, há pessoas dispostas a fazer intencionalmente o mal. Que não se importam com vida o

sofrimento ou a morte nem do próximo ou conhecido quanto mais do distante e diferente. Mas não somos todos assim, não somos tantos assim e em geral sem tantas privações e traumas sem tantos programas sociais condicionados e institucionalizadores dos comportamentos não haveria tantas pessoas tão bem condicionados no sentido pavloviano da palavra.

Ninguém nasce planejando fazer o mal a ninguém nem quer perder sua vida lutando estrategicamente contra quem faz. Mesmos os ativistas mais abnegados não são masoquistas queremos apenas viver suas vidas livres e em paz, mas não conseguimos literalmente sentir essa paz e liberdade em meio a tanto sofrimento, não sem uma lobotomia. E não somos diferentes, somos todos assim.

E o que impressiona no ser humano é sua capacidade de não apenas de se adaptar as piores e mais ultrajantes condições de vida, é sua capacidade para manter até onde pode sua dignidade humana mesmo ao custo da sua sensibilidade e solidariedade. A sabedoria das pessoas comuns é insuperável. Ela lhes permite até mesmo a suportar as piores injustiças: pagar o que sabe que não devem a quem não devem, e até mesmo obedecer a quem não tem o direito de mandar nelas apenas para evitar confronto desnecessário afinal como diz o ditado popular não é sábio ir contra gente violenta especialmente armada. As pessoas só se levantam quando o peso e custo da opressão são insuportáveis.

Por isso se até hoje a renda básica não foi garantida posso lhes dizer com toda a certeza que foi:

· Primeiro, porque em algumas pessoas ela não faz mesmo diferença. Infelizmente muita gente só irá descobrir a “necessidade do necessário” na sua falta, um problema seríssimo de valores porque se o mínimo vital e ambiental precisarem se tornar escassos para serem devidamente considerados como fundamentais haverá mortes e conflitos e extermínio em massa.

· Segundo, ao que parece quem precisa ou tem o entendimento da necessidade de ambos quando não estão ou não estão em numero suficiente ou não tem meios para se levantar contra os monopólios inclusive da violência de quem defende o contrário.

· E terceiro e mais importante, creio que as pessoas de paz sabiamente guiados pelo senso comum não sabem o quanto há pessoas que carecem de uma renda básica e o quanto elas estão vulneráveis a mesma carência, porque vivemos numa sociedade de telecomunicação e informação que promove sim o conhecimento, mas não o saber em sua completude e sentido mais como consciência e ciência que só são adquiridas pela experiência pessoal ou observação experimental respectivamente.

Três coisas que estão evidentemente mudando no mundo atual com o rearranjo dos métodos produtivos, com a queda globalizada do trabalho assalariado e a ascensão das redes mundiais de informação que estão muito na internet, mas não são a internet. (nota: Não confundir a rede com os meios de telecomunicação).

Vivemos numa sociedade do espetáculo, vivemos literalmente dentro de cavernas platônicas acorrentados a projeções de mundo fictícias e alheias. Porém não vamos sair da caverna com historinhas que vem viu a luz e voltou para nós contar. A revolução da renda básica esta em não esperar nem por governos, ou salvadores. O grande vantagem da renda básica é que todos em verdade precisamos dela e tudo o que precisamos fazer não é apenas promover ou mesmo financiar a renda básica como experiência em localidades distantes mesmo que extremamente carentes. Precisamos começar imediatamente a vivenciar a praticar a filosofia da provisão da renda básica como sistema mutual independente não importa o quão rica seja a comunidade. Pelo contrario a riqueza não indica que não se precisa de uma renda básica, apenas indica que se tem mais condições de fazer sem depender dos outros. Isto feito, utilizar o excedente para investir em outras comunidades, ou mesmo se abrir ao investimento de comunidades para quem lucrem investindo no seu desenvolvimento isso é consequência de um capitalismo saudável fundado na provisão das necessidades dos meios vitais e ambientais e não mais em sua privação.

Esta é a proposta que trago que constituamos a partir daqui e deste momento uma rede de comunidades livres e sem fronteiras da renda básica, autossustentada.

Uma organização das nações unidas mas não com Estados geopolíticos, mas como povos cosmopolitas dispostos a garantir direitos naturais e universais não apenas no papel mas na pratica como responsabilidade voluntaria se social. Esta é a proposta que faço e gostaria de participar como vocês com um dos fundadores desta nova iniciativa com vocês.

Talvez, vocês digam que é presunção demais da minha parte propor isto, mas algo assim não pode ser proposto senão por pessoas absolutamente comuns. Ademais, do meu ponto de vista é como eu disse, não escolhi aqui por acaso, não foi por acaso que nossa experiência ganhou o mundo a partir daqui e aqui volta. O acaso é um rótulo para o que não endentemos. E aqui no *Goetheanum* por tudo o que ele representa sinto que não poderia propor nada menos revolucionário do sua vontade de liberdade me inspira.

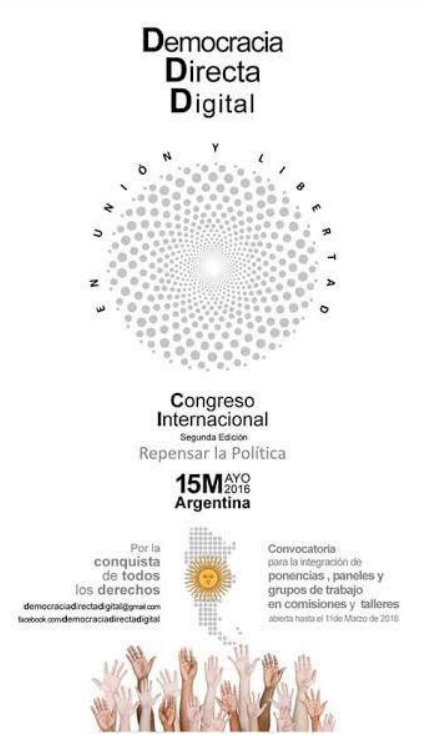
Obrigado.

Abaixo três artigos que complementam discurso:

Da Revolução da Renda Básica EcoLibertária

Ser revolucionário é uma escolha de vida, mas há momentos que o próprio mundo está em revolução, e é impossível não tomar parte dela. Há momentos de transformação do mundo que são verdadeiras revoluções paradigmáticas onde se negar a tomar parte do novo não é fugir da realidade, se omitir, ou obedecer ao status quo, mas ser um reacionário deliberadamente conivente com o velho regime. Regime que não terá pudor de caminhar para os criminosos caminhos autoritários e belicosos ou até mesmo totalitários prevalecer.

Há momentos (e esse é um deles) onde tudo que precisamos fazer é não fugir do da transformação. É viver e participar das transformações naturais não fazendo nada além daquilo que podemos e devemos fazer para ficarmos em paz. É claro que isto não quer dizer sentar e esperar que tudo aconteça. Pelo



contrário, assim proceder até esperar que momento revolucionário passar. E como tudo eles vão passam e acabar. Mas perdê-los é perder o momento da nossa vida e da nossa geração. É se alienar do próprio tempo e da sua história de vida. E estamos cada vez próximos de perder nosso momento: quando as consequências da nossa inação se tornam irreversíveis e os danos humanitários e ecológicos já estão sobre as costas das próximas gerações.

Como disse a palavra pode e deve ser um ato revolucionário, principalmente na boca de quem chamou para si voluntariamente a responsabilidade social de realizar uma renda básica que em qualquer escala era considerada utopia. Porém espero que quando digo que pretendo fazer do discurso da renda básica um ato tão revolucionário tenha ficado claro que não defendo nenhum tipo de violência, até porque considero que não há nada mais reacionário, primitivo e obsoleto do que a violência, seu culto ou arrogância de legitimidade.

O componente revolucionário do discurso não está portanto nos velhos métodos para dispor nem muito menos impor a renda básica, porque mesmo que a lei e a moral permitam, como libertário acredito que é um crime impor algo contra o consentimento ou consenso das pessoas de paz.

Quando digo pretendo fazer um discurso revolucionário de defesa da renda básica. Não é porque pretenda pregar o lugar comum dos métodos revolucionários ou estatais clássicos que em verdade são os mesmos: contribuições forçadas coerção violenta e associação constritiva. Mas justamente porque não acredito mais na Renda Básica somente dentro deste velho arcabouço politico e econômico. O componente revolucionário está portanto nas próprias razões que fazem da renda básica o instrumento revolucionário não só dos sistemas socioeconômicos, mas dos estados geopolíticos. Não consigo mais ver a renda básica encerrada apenas nas ideias de politica pública para combate a pobreza ou vulnerabilidade social ou por outro lado apenas ampliar liberdades civis ou materiais.

Reconheço o mérito dos políticos e estadistas que tem discutido com seriedade a renda básica, mas reafirmo: a renda básica não é uma política para ser mais discutida se deve ou não ser colocada em prática, mas quando e como e não apenas por uma questão das necessidades pragmáticas do capitalismo do século XXI, mas por uma legitimação dos Estados frente a nova consciência da natureza da liberdade das novas gerações contemporâneas. Se há algum entrave a ser discutido e removido é quais são as causas para que uma política absolutamente necessária a garantia do direito a vida ainda não é reconhecida e praticada como tal?

Logo entendo hoje mais do que nunca que a renda básica enquanto garantia do mínimo vital é absolutamente necessária porque é o provimento do necessário a vida, mas porque é o provimento social desta necessidade. Que se em natureza não existe nenhum compromisso em estado de paz não é só a razão da sua fundação, mas o instrumento, mas importante a sua garantia. A renda básica não é um dever natural, a autopreservação e legitima defesa é que são direitos naturais e se queremos que não só um ser humano, mas qualquer ser vivo tenha condições de renunciar a todos os meios necessários a preservação de sua vida sobretudo os violentos havemos de assumir deveres mútuos de acordo com a nossa capacidade para garantir esse direito sem violência como provisão de um mínimo vital para todos.

Entendo portanto a renda básica não apenas como o comprimento do direito natural a vida, mas do dever social da paz. É o principio constituinte dos novos contratos sociais de cidadania plena. E os novos sistemas políticos de democracia econômica. A Justiça constituída pelo estado de garantia de fato de direitos a liberdades fundamentais como a igualdade de autoridade sobre o bem comum. Igualdade de autoridades sustentada por sua vez pela própria provisão das liberdades fundamentais como meios vitais e ambientais de propriedades usufruto de todos como o rendimento necessário devido a cada um.

Um estado libertário de garantida de direitos naturais como deveres sociais onde os direitos políticos e econômicos não são mais segregados, mas estão reintegrados e se encontram na democracia direta e econômica através da liberdade plena de todas as formas de associação de paz sustentadas pela provisão

de uma renda básica para cada pessoa. A garantia do direito a uma vida livre como dever de convivência pacífica entre todos as formas de vida e valores.

E isto que proponho não é um discurso utópico, porque não defendo que o mundo seria melhor se assim o fosse. Defendo que na ausência destas liberdades políticas e econômicas garantidas plenamente; na falta e privação sistemática dos meios vitais e ambientais necessários como direitos naturais não temos apenas estados distópicos, mas estados artificiais de guerra disfarçados de estados civis e de paz.

Estados não apenas causadores de injustiças sociais que atingem indivíduos, classes ou povos a quem somos estranhos ou diferentes, mas indiferentes. Estados que mobilizam massas de recursos econômicos, militares e humanos e colocam não só a vida dos mais carentes e vulneráveis em riscos mas do mundo inteiro como ecossistema não apenas natural mas humano também. Porque assim como a teoria do caos nos ensina que a borboleta de Tóquio e a chuva em Nova Iorque estão ligadas não tenham a menor duvida, das conexões da rede da vida entre o menino morto na África, Síria, Palestina ou Afeganistão e o futuro do Europa, EUA ou de um pais como Brasil.

E se você estiver se perguntando por que estou colocando o Brasil, um país meramente emergente com toda a sua corrupção e seu holocausto urbano, no mesmo patamar de responsabilidade global dos países desenvolvidos e não entre os países que mais necessitam de ajuda humanitária, é porque o Brasil não é um país pobre ou desigual, mas criminosamente injusto e que precisa sim de ajuda, mas revolucionária para

consumar sua independência politica e econômica e não para ser sustentado financeiramente. Destinar recursos financeiros as governantes e elites econômicas e financeiras destes países é o mesmo que financiar o crime organizado. Financiar a exploração dos povos presos nestes territórios e que não tem propriamente políticos, empresários ou intelectuais, mas pretos-da-casa capitães-do-mato e traficantes do trabalho escravo de um povo em uma terra que ainda não passa de mera feitoria de recursos naturais e humanos para serem explorados e exportados na divisão internacional do trabalho.

Por isso denuncio que Estados-Nações especialmente os que se comportam como estados policiais dos povos a começar pelo seu próprio povo, ou melhor, os povos que habitam seus territórios. Denuncio estes governos que primeiro mantem as pessoas sob a tutela de programas sociais, e depois sob a custodia de sistemas prisionais, ambos institucionalizadores desumanos e por definições campos de concentração e exploração do trabalho e despopulação das etnias e classes e indivíduos não suficientes predispostas a serem aculturados

Populações reféns das velhas militâncias politico-partidárias. Seres humanos reduzidos a objetos de fetiche e massa de manobra tanto da perseguição da ultradireita fascista e seus discursos de ódio higienização e extermínio, quanto da esquerda populista e autoritária e seus programas assistenciais clientelistas inclusive para o uso desta população como moeda de troca nas negociatas politicas e até mesmo como bucha de canhão contra a polícia de governos adversários- tudo que há de mais torpe e traiçoeiro para se chegar e se manter no poder.

Afirmo que em países senzalas como o Brasil onde os recursos destinados a bancar não só programas de transferência de renda, mas as políticas sociais e outras que passam pelas mãos destes governos reduzidos a verdadeiras feitorias não estão sendo só corrompidos ou desviados, mas pervertidos de seu propósito público e democrático: não estão sendo utilizados para garantir liberdades, emancipar ou empoderar cidadãos, mas para reproduzir a dependência político-econômica aos projetos de poder.

Denuncio que a subtração das propriedades comuns e seus rendimentos naturais funcionam como sistemas de extermínio eugenistas lento e velado das populações marginalizadas e vulneráveis especialmente em Estado periféricos como o Brasil — onde a desigualdade social extrema cresce na exata proporção das suspeitas sobre os dados estudos econômicos dirigidos para dizer o contrário. Um genocídio silencioso que perpassa gerações, mas que depois de século atinge o mesmo proposito de todo holocausto, o fim de um povo sem terra sem propriedade e, portanto nascido sem nenhuma renda garantida.

Um genocídio silencioso que perpassa gerações, mas que depois de século atinge o mesmo proposito de todo holocausto, o fim de um povo sem terra sem propriedade e, portanto nascido sem nenhuma renda garantida nestes Estados-Nações. Estados autoritários e vigilantes hora mais a direita em seu liberalismo policial hora mais a esquerda seu socialismo tutelador, mas sempre juntos do monopólio da violência e do bem comum.

Estes sistema de privação sistemática dos meios de vida e liberdade naturais se configuram, portanto não apenas como

instrumentos disfarçados de subsídio estatal ao trabalho alienado e subverniência governamental, mas nos momentos de crise como instrumento de despopulação. Pois a precarização até mesmo dos direitos trabalhistas e assistenciais compensatórios vem a se somar a proibição das apropriações e ocupações pacíficas das propriedades comuns e naturais estatizadas e privatizadas que nem perante crises humanitárias são restituídas ou devidamente compensadas.

Por isso a privação sistemática dos meios naturais e vitais caracteriza-se sempre como crime contra o direito natural autodeterminação de um povo, e é a base da sua escravidão econômica e servidão politica, mas o impedimento do acesso aos meios vitais somada a negação da provisão do mínimo vital para aqueles que vivem sob um monopólio territorial dos bens comuns e naturais pode vir a se constituir em crime contra a vida dos habitantes que ou quando não tem outros meios de subsistência. Habitantes que não podem ser acusados de agressão se atingindo o limite da resistência pacifica as privações agirem apenas com toda proporcional e os meios necessários para garantir seu direito a autopreservação.

A renda básica ao se constituir em garantia social do direito natural a vida e a liberdade, funciona na prática como dispositivo de proteção preventiva contra os crimes ou conflitos relacionados a privação não apenas circunstanciais mas sistematizada dos meios vitais. Ou seja como sistema de contra-violência e proteção contra estados de poder e sociedades coercitivas.

Ninguém deve ser constrangido a participar de nenhuma sociedade nem mesmo das sociedades de paz. Isto porque naturalmente ninguém tem o direito de agredir ninguém nem de privar as pessoas de suas propriedades e rendimentos particulares ou comuns a todos. E quem assim procede não tem do que ou a quem reclamar se for repelido com a força necessária.

O respeito ao direito natural não é o respeito a uma ordem moral humanista mas o respeito a uma ordem literalmente ecológica e ecossistêmica de causas e consequências impostas pela própria lei da natureza. A renda básica não pode ser portanto estabelecida com justiça por nenhuma redistribuição compulsória de riquezas, mas sim:

· Primeiro, pelo pagamento dos dividendos sociais derivados daquelas propriedades comuns e naturais que deveriam ser públicas mas que são ou patrimônios estatizados ou privatizados. Propriedades e rendimentos que pertencem a cada cidadão e a eles devem ser remetidos igualmente como parcela do rendimento do que era usufruto do necessário do bem comum.

· Depois, voluntária e complementarmente por sociedades de responsabilidades mutuais para o cumprimento de direitos universais. Sociedades libertárias onde nem a propriedade, nem os valores podem ser impostos sem paz acordos de paz e consenso. Sociedades regidas não apenas por verdadeiros livres mercados sociais, mas livre negociação concorrentes de valores.

É preciso entender que onde a coerção é proibida a consenso é obrigatório e a coesão e adesão social só poder ser conseguidos pelos interessados através de incentivos suficientes. E em jogos e mercados verdadeiramente livres quem tem mais paga mais para os outros competirem com ele. A competição se não é subsidiada pela violência, carece de um alto grau de cooperação e contribuições voluntarias de acordo com as capacidades para que se tenha uma plataforma de regras e condições sociais sobre as quais se dá a justa e livre concorrência.

Sim, defendo a garantia de propriedades e rendas básicas provenientes da proteção de bens comuns e naturais que não são e não devem ser de ninguém para serem predados, e sim de todos para serem usufruídos conforme a suas necessidades. Estado de contra-violência e anti-monopólio.

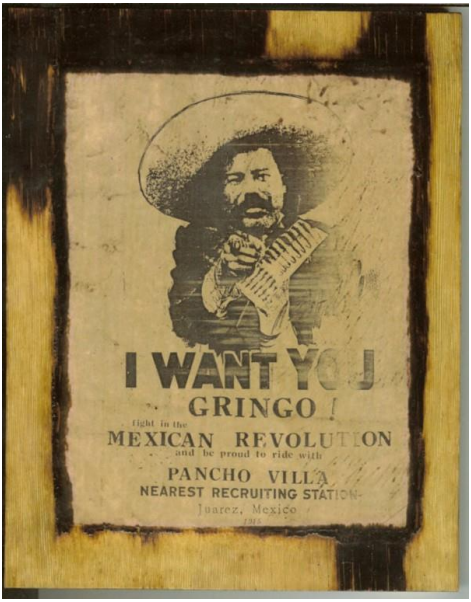
Estados de paz estabelecidos pela necessidade constante de negociação e coexistência pacífica entre todas as sociedades não-violentas e não-monopolizadoras gerando consequentemente uma democracia plena em mutigovernos, ou mais precisamente n gestões públicas e serviços sociais concorrentes financiados direta e voluntariamente pelos usuários. Uma sociedade onde nenhum particular carece de autorização de ninguém para financiar a produção de nada que seja que seja do seu interesse particular, e nem ninguém pode bancar nada contra o interesse comum de nem mesmo uma única pessoa sem seu consentimento.

Isto evidentemente não nos torna invulneráveis a loucura dos coletivos inconscientes, mas deixa constitucionalmente explicito de uma vez por todos que estes monopólios violentos não são

nenhum bem ou mal necessário, mas a perversão da ordem livre e natural. A desnaturação e o mal a ser evitados e repelidos não só por definição legal ou moral, mas como estado de consciência e direito natural que não se estabelecem por vontade social nem se extinguem com arbitrariedades e portanto só nos cabe com justiça defender.

Da Liberdade, Propriedade e Identidade

Deixo aqui, portanto meu alerta de que a discussão sobre a renda básica está sendo feito sobre pressupostos não apenas injustos, mas desconstrutivos. Baseados em desinformação e contrainformação ou na descarada repetição de argumentos falsos e ignorância e desqualificação de dados e experiências com as quais não conseguem lidar.



Fora deste arcabouço de pressupostos e preconcepções não somos nós defensores da renda básica que precisamos justificar nossa proposta, mas estadistas seus crimes contra a humanidade. Ou seja:

Não cabe aos controladores dos

territórios (os governos) ou os proprietários corporativos das terras (as empresas) negarem ou mesmo concederem rendas básicas porque o rendimento das propriedades naturais não pertence a eles nem para dar nem para negar. Não importa inclusive se valor disponível é insuficiente. O quanto há disponível não lhes pertencem mas a nós, como dividendo social. É direito natural e não concessão governamental. Obrigação constitucional dos Estados de direito que podem inclusive estar a cometer crimes contra a humanidade: seja por subsidiar a escravidão; ou até mesmo o genocídio; tudo dependendo das circunstancias agravantes em que se negam a cumprir seu dever do provimento de fato (e não no papel) do mínimo vital.

Sim minha defesa é quase um ataque, mas a base dos meus argumentos não é tão nova nem tão revolucionária quanto minhas palavras sugerem. Diógenes de Sínope disse praticamente a mesma coisa de uma forma muito mais bela e elegante neste episódio- o qual considero a alegoria de todo o pensamento ecolibertário. E aqui faço questão de recontar:
Alexandre Magno após conquistar o mundo perguntou para o filósofo-mendigo deitado na praça pública de Atenas: "Peça tudo o que quiser que te darei."
Diógenes, apenas apontou para o Sol e com um gesto pediu ao imperador que saísse da frente do sol. Como se lhe dissesse não me faça sombra e respondeu:
"Apenas não me tire aquilo que você não pode me dar".

É claro que este pensamento só permanece revolucionário porque assim como muito princípios libertários não só filosóficos, mas religiosos, eles nunca foram sistematicamente

praticados, mas sim apagados ou reinterpretados de forma desvirtuadas. Mas por isso mesmo devemos revitalizá-los:

Rendas não existem sem propriedades, nem liberdades concretas sem propriedades comuns e seus rendimentos básicos. Por isso ou propriedades naturais que constituem as liberdades fundamentais devem ser garantidas por renda básicas ou então devem ser desmonopolizadas e restituídas de forma aberta para serem novamente no mínimo pacificamente disputadas.

Logo, precisamos tomar coragem e não apenas discutir rendas, mas rediscutir as definições de propriedade. Até por que definir o que são as propriedades básicas não é difícil, cada um sabe do quê e quanto precisa e consegue (se quiser) projetar as necessidades dos outros em suas condições. Mas distinguir a diferença entre propriedades particulares e comuns separando aquelas propriedades passíveis de seres exclusivas daquelas que podem ser de todos; e daí, por sua vez, ambas daqueles que não podem ser absolutamente de ninguém (as propriedades naturais que são meios ambientais e vitais de todos é algo que requer consenso e sociedades de paz. Ou em suma que requer que abandonemos as ultrapassadas ideologias liberais e marxistas.

Acho que está claro que minha perspectiva não é classicamente socialista nem liberal. Não estou defendo que as pessoas devam ser obrigadas a dividir o que seja seu; pelo contrario estão dizendo que ninguém tem o direito de se apropriar ou controlar do que é do outro sobretudo o que não pode nem deve ser exclusivamente de ninguém: o bem comum. O socialismo assim

como o liberalismo são jusnaturalmente um crime contra as propriedades comuns e particulares porque as expropriam para redistribuir as posses aos entitulados e os custos patrimoniais aos segregados. Defendo, portanto a propriedade como liberdade, produto de contratos sociais voluntários, adquiridas e mantidas pacificamente contra todos os monopólio corporativo da natureza e sua estatização e privatização da vida.

Não se deve apropriar nenhuma propriedade ou renda comum. Nenhuma propriedade particular adquiridas e mantida sem violência nem as propriedades naturais e comuns absolutamente necessárias a vida não só a todos mas de ninguém podem ser subtraídas coercitivamente. Pelo contrario um estado legítimo tem por obrigação proteger todas as propriedades contra a agressão e privação e garantir que seus verdadeiros titulares recebam igualmente seus dividendos sociais.

Tudo que é adquirido socialmente em negociação pacifica — isto é, sem o subsídio de nenhuma violência (nem mesmo a legalizada) — deve ser propriedade social tão inviolável quanto qualquer direito natural a vida, liberdade e concepção justamente porque se estabelece enquanto cumprimento do dever de paz e respeito a ordem e direito natural.

E é na afirmação do direito fundamental a propriedade e renda como liberdade concepcional, ou melhor como direito natural e social a proprioconcepção tão fundamental quanto a a autodeterminação e autopreservação para o fenômeno integrado da vida que reside a grande revolução do pensamento ecolibertário contemporâneo. E é quando faço

afirmo este direito que creio estar sendo minimamente tão revolucionário quanto a minha própria geração.

Não vejo a historia como uma luta de classes, mas uma luta contra o supremacismo, uma luta pela liberdade contra aqueles que se consideram não meramente donos do mundo, mas muito mais propriamente donos dos seres reduzidos a meras partes apropriáveis do mundo visto como seu. Uma luta contra a presunção de superioridade dos que se julgam mais iguais que os outros, ou o que é a mesma coisa, sua preconcepção de inferioridade de todos que lhe são diferentes e indiferentes.

É claro que somos todos absolutamente diferentes uns dos outros, somos todos diferentes fora nosso direito igual e inviolável de o sê-lo. Somos portanto absolutamente iguais na liberdade de conceber o sentidos próprio de nossos vidas, quer para afirmar que exista sentido na vida ou não. Sendo essa liberdade de autosignificação em si o direito de proprioconcepção absolutamente necessário a toda nova geração e a geração de tudo que é novo.

Vejo, portanto não apenas um momento de crise sistêmica, mas um momento revolucionário. E neste momento em que a luta pela liberdade caminha para a revolução, a luta entre brancos monopolizadores e os não-brancos periféricos, se torna não apenas mais evidente, mas sobretudo se torna uma luta disruptivas e descentralizada, e se reconfigura como luta de gerações e gênero. Uma luta entre o velho o novo, entre os patriarcas e suas mulheres e filhos. Uma luta entre novas e velhas gerações por espaços e tempo livres. Uma luta não mais por ideologias e utopias, mas mais uma vez uma luta pelo

renascimento de novos mundos e seu direito a fertilidade e criatividade.

Concepção.

Esqueçam as divisões de classes e classificações, não olhem para idade não olhem para cor de suas peles, ser um velho branco supremacista idolatra do poder total, ao invés de um libertário revolucionário jovem (gringo ou negro; homem ou mulher) não é uma manifestação material, predeterminista ambiental ou genética, nem ideológica (ambientalista, sexista ou racista), mas uma manifestação do indeterminismo do fenômeno transcendental e incognoscível da força da livre vontade como liberdade de consciência e proprioconcepção, a força libertária e criativa capaz de materializar o novo simplesmente a partir do nada.

Vejo de um lado uma geração materialista movida por preconcepções de poder disseminando o ódio levantando muros e se preparando para a guerra, se agarrando desesperadamente na sua ilusão de vida eterna e seus mitos corporativos e estatizadores e egocentrados que dão corpo a seu culto supremacistas e valores absolutos, insistindo em se apropriar e consumir toda a vida artificialmente. E do outro novas formas de vida, novas gerações demandando o que também é seu por herança natural e direito. Demandando não só um lugar e tempo livre nesta terra, neste mundo, mas uma chance para desenvolver todo o potencial da sua vocação e exercer em paz sua direito não só material mas espiritual a livre vontade.

Vejo a luta entre gente que acredita que possa ser dona de tudo por apropriação lockeana e corporativismo hobbesiano e uma nova geração que não quer nascer escrava dos seus genitores acometidos dessa síndrome de Cronos. E então peço que se perguntem: quando falamos de uma renda básica estamos com certeza falando de liberdade para todos, mas liberdade “para o quê” e “todos” quem?

Não existe identidade que se firme sem noções de propriedade nem propriedades que se afirmem sem relações e consideração das identidade alheia com ser dotado do fenômeno da vida enquanto espirito de liberdade. Devemos nos libertar de todas as preconcepções de poder e conceber de acordo com nossa própria consciência não só a qual geração pertencemos, mas qual é nosso entendimento da propriedade e por consequência qual é nossa identidade e comunidade humana.

Nossa identidade se determina de forma integrada a nossa noção de propriedade, e aquilo que somos se determina através daquilo que julgamos poder possuir em relação aos outros seres naturais e igualmente dotados de anima e sensibilidade. Por isso propriedade e identidade não se constituem separadamente mas de forma conexa e integrada em relações dialógicas por nexo comum de mundo como rede.

A questão da propriedade antes de ser particular e coletiva, artificial ou natural é uma questão de entendimento e consideração de quem somos por consideração de quem são seres e quem são apenas coisas. Abstrair é discriminar, e a pergunta que separa os territórios de apartheids nacionalistas das terras libertárias dos povos é:

· a quem consideramos como iguais em autoridades e liberdades fundamentais;

· e a quem segregamos dos direitos de posse e decisão sobre o bem comum e natural.

Ou em outras palavras:

Quem são considerados como iguais: sujeitos com o direito de possuir, estudar e usar as coisas de mundo; e quem são os outros, o restos dos seres reduzidos a meors objeto do NOSSO estudo, emprego, meros recurso naturais e humanos.

Quem são seres e quem são coisas?

Quem são os que tem seus direitos humanos e universais de fato garantidos e quem soa os descriminados e segregados deles?

De novo não por acaso cito Diogénes de Sinope:
Dizem que o cínico tinha por hábito conversar e pedir esmolas nas praças públicas de Atenas a ninguém menos que estátuas. Quando perguntado por que fazia algo tão estupido respondia: "Estou treinando para me acostumar a falar com quem não me ouve e finge que não me vê."

Quem defender a renda básica e direitos humanos e naturais e nunca sentiu está sensação precisa fazer mais trabalho de base para entender o abismo entre direitos enquanto representação

e farsa de papel e garantidos como práxis. E enquanto as constituições não forem capaz de proverem isto ela não estarão longe dos ideais e direitos plenos e democráticos que pregam.

A renda básica é tanto indissociável dos direitos políticos e econômicos em sua plenitude quanto a democracia direta como liberdade fundamental precisa da renda básica como meio de autosustentação das livres associações e de paz. Sejam elas econômicas, politicas, religiosas, culturais, todas tem o mesmo direito de manifestação e participação sobre o interesse comum e, portanto o dever de coexistir pacificamente.

Vivenciar nosso tempo, sem defender a democracia direta; sem defender a autodeterminação das pessoas naturais; a liberdade civil plena e reintegrada dos direitos politica econômica e culturais; sem defender os princípios ecológicos, libertários e jusnaturalista não só humanistas e cosmopolitas, mas naturalistas; apenas seguir em frente sem defender as novas gerações é renunciar a soberania sobre sua própria vida e se negar a viver as evoluções e revoluções do seu próprio espaço-tempo.

Crer-se ainda superior ou invulnerável, num mundo em se existem diferenças de raças somos então todos negros, um mundo onde ninguém é suficientemente branco (não aos olhos dos idolatras do poder e supremacistas cada vez mais isolados no topo dos seus castelos e pirâmides) não é apenas reacionário é alienação. Vivemos num mundo em que cada vez menos gente é suficientemente bem nascida, geneticamente privilegiada, suficientemente rica, militarmente protegida, culta poderosa ou livre o suficiente para não estar reduzida a serva da

mesma egrégora cultural da mesma inconsciência coletiva global, onde ninguém esta livre de sofrer a tragédia de todos os demais.

Por isso afirmo não há libertário consciente que se considere igualmente branco aqueles que se os mais brancos entre os homens da terra. Não existe libertário que por livre escolha não renuncie a todo supremacismo de gene. Se realmente existe qualquer necessidade de uma renda básica é porque existe gente que não por acaso nasce privada dos seus direitos naturais e ainda está a espera da liberdade e da completude da abolição; que ainda espera que o trabalho servil e forçado disfarçado e compensado pelo trabalhismo seja superado. Por isso não se enganem, minha pele pode não ser tão negra, mas não nego minha origem, não tenho ilusões da minha condição tanto negra perante a colonização quanto latina perante o mundo e suburbana perante meu concidadão.

Mas não fujo da minha condição nem da condição da humanidade a abraço, mas não para me conformar com ele. Pertenço, sobretudo a uma mim mesmo e a minha própria nova geração e faço questão de afirmar minha certeza parafraseando o espirito da canção de protesto brasileira: já não somos os mesmos e não queremos viver mais como nossos pais.

Escolhi aqui para fazer este discurso. Como disse não foi ao acaso, porque olho para muitos amigos aqui e vejo como lá em Quatinga Velho — onde tive a honra de fazer um dos primeiros pagamentos de uma renda básica solidária, sistemática e independente , olho para vocês e aqui como lá num lugar tão distante e diferente de onde nasci e fui criado e vejo irmãos. E

neste exato instante entendo a maior lição revolucionária da prática utópica: não há liberdade nem igualdade sem fraternidade.

Que governemo-nos então.

Original: https://medium.com/marcus-brancaglione/discurso-revolucion%C3%A1rio-pela-renda-b%C3%A1sica-incondicional-no-goetheanum-cc0f74432c5#.181z4jlky

Ensaio para Discurso em Paris

Parte I

Em 25 de outubro de 2008, eu Marcus Brancaglione e Bruna Augusto através da ONG ReCivitas fizemos nosso primeiro pagamento de uma Renda Básica Incondicional diretamente de pessoa para pessoa na comunidade de Quatinga Velho, zona rural da região metropolitana de São Paulo. Um projeto independente de subsídios governamentais e empresariais. Cuja única condição para participar do projeto, (que não é propriamente uma condicionalidade), era morar, ou melhor, pertencer a Quatinga Velho- elegibilidade esta controlada pela própria comunidade via Democracia Direta.*

Uma Renda Básica que nunca passou de mais que 10 euros a época para não mais que 100 pessoas simultaneamente. Mas cujos impactos no desenvolvimento humano e econômico são absolutamente gigantes se comparados aos poucos recursos empregados e custo diminuto do projeto-piloto. Resultados atestados não apenas por nós realizadores ou por quem presenciou in loco o projeto social, mas por estudos acadêmicos independentes realizados por pesquisadores de outros países. Estudos que ressaltam não apenas os impactos positivos do ponto de vista econômico ou econométrico: como o bom uso do dinheiro na compra de bens necessários e utéis; ou o aumento da livre inciativa com abertura de pequenos negócios. Mas também destacaram os ganhos políticos, com o empoderamento da participação social e cidadã.

Costumo destacar como exemplo do impacto da experiência de Renda Básica em Quatinga Velho o testemunho do professor Tadashi Okanouchi que visitou o
projeto: *"O projeto é bem pequeno, mas mostra um inacreditáv elgigantesco potencial e possibilidades para o desenvolvimento social e econômicoda comunidade local. Eu ouso dizer que o proj eto marca um ponto de viradana História Mundial de fome e mis éria. Porque na localidade do projeto, nóspudemos finalmente e ncontrar*
evidências empíricas da eficácia de um novo esimples meio para erradicar a pobreza no mundo."

Porém sem menosprezar não só o professor, mas a pessoa dele (que tenho em mais alta estima), quero hoje recomendar como a mais importante lição da experiência de Quatinga Velho, a lição que não ensinei, mas aprendi junto a comunidade na prática; especialmente compartilhando a luta para manter tudo o que uma Renda Básica Incondicional significa para quem não tem nada**, especialmente liberdade real como propriedade**

comum ou renda própria: é preciso empoderar quem é muito mais do que só um número, um eleitor, ou consumidor. Empoderar quem não pode por direito humano e universal ser reduzido a mero objeto de estudos científicos, emprego, ou assistência social. É preciso dar ouvidos e **sobretudo voz** aos iguais em autoridade, ao cidadão, especialmente aqueles privados deste direito básico. Logo eles, que conhecem a experiência de viver e sobreviver sem o mínimo vital garantido mais do que qualquer estudioso ou ativista. Porisso com a palavra meu amigo Joel Inácio: *"A gente é abandonada aqui, ninguém põe os olhos. Eles vieram, levantaram minha família. Esse dinheiro vira comida na minha mesa, olha a criançada aqui fora, feliz saudável. É só você olhar e calcular o quanto é importante a ajuda que eles fazem, porque eles não pedem nada em troca. Se servir de exemplo pra muitos, acho que o caminho é esse."*

Parte II*

Considerando que nossos dados não são amplamente divulgados em todas as línguas de forma coerente nem sistemática- nem por nós, nem com toda a ajuda de quem tem a maior boa vontade com nosso trabalho; talvez fosse melhor que eu usasse meu tempo para reafirmar nossas realizações e resultados, até para não ficar a mercê de quem não tem interesse em nossa experiência ou na RB. Quem milita com a Renda Básica sabe dessa luta constante contra a desinformação e contrainformação.

Porém como estou aqui de corpo e alma, não vejo sentido em repetir dados e conclusões que embora pouco conhecidos estão documentados e terei o maior prazer de indicar as fontes. Peço desculpas se assim decepciono quem espera uma abordagem mais primária da prática da renda básica, mas opto por trazer lições ainda inéditas que só puderam ser aprendidas não no planejar e executar e estudar esse projeto pioneiro, mas vivenciando a experiência de participar de todas as etapas cotidianas de sua realização. Seja no papel de captador de recursos ou financiador; até a atuação como agente de campo e morador de uma comunidade carente onde atuamos.

Quero, portanto falar de transformações que a renda básica provoca e que vão muito além dos beneficiários; as transformações culturais e sociais em todos que testemunharam ou vivenciam não só o pagamento de uma renda básica, mas especialmente nossa luta para sustentá-la.

Por isso, primeiro é importante deixar claro que em Maio de 2014 depois de meses de agonia o projeto de Quatinga Velho acabou.Embora nosso modelo inovador de financiamento direto de pessoas para pessoas do mundo inteiro, (chegamos até abrir contas no BitCoin), seja um modelo que tem sido amplamente adotado. Mesmo considerando seu baixo custo, mesmo desenvolvendo instrumentos financeiros para torna-lo autossustentado, não fomos capazes de constituir o Fundo Permanente com o qual pretendíamos tornar essa renda básica de incondicional para garantida- nem sequer pudemos continuar prorrogando-a indefinidamente.

Segundo mesmo tendo aberto o projeto para estudos científicos independentes e mesmo tendo publicado papers e os apresentados em congressos acadêmicos é importante deixar claro que não pretendo falar desta história como se fosse um estudioso ou observador imparcial. Porque não sou um defensor assumido da Renda Básica e realizador da sua prática, mas hoje graças a essa historia vivida me reconheço como parte interessada e solidária. Hoje sou sensivelmente consciente que ninguém por mais rico ou poderoso que seja é invulnerável, ou está imune aos riscos da privação das suas necessidades mais básicas- circunstancial ou sistematicamente.

Compreendo que não há pessoa natural, não há ser vivo neste mundo que não seja carente da garantia do mínimo vital e ambiental como direito social. Mas também entendo, que por outro lado, aqueles que detém o controle estatal e privado das terras e territórios, dos recursos naturais e humanos, não estão particularmente interessados que a renda básica universal se realize. Pelo contrário, eles não tem interesse que as pessoas

sem liberdades econômicas e politica plenas se emancipem já que são os beneficiários do sistema de exploração da segregação do bem comum e privação dos meios vitais e naturais.

Não. Eles não querem uma renda básica não só porque não precisam emergencialmente dela tanto quanto as pessoas que tem seus direitos precários ou precarizados. Não são insolidários só porque não compartilham do destino das pessoas que precisam de trabalho servil para sobreviver e que até na falta deles precisam se submeter a programas governamentais indignificantes para reaver seus direitos naturais a autopreservação, programas que não são burocráticos por acaso, mas por serem a instrumentalização da assistência social e conformação ideológica da população a subverniência politica e sua lógica perversa.

Na questão das experiências de renda básica sou, portanto um desertor de classe. Não estou mais do lado dos sujeitos donos ou observadores dos objetos de estudo e trabalho, mas do lado dos seres objetivados, segregado e coisificados pela negação do igual direito de sujeito do seu próprio mundo, conhecimento e destino. Minha perspectiva não é mais a só de um realizador de programas e estudos sociais, mas da pessoa humana que jamais poderia estar reduzida a nosso objeto de estudo, emprego e tutela assistencial ou governamental.

Falo, portanto da perspectiva das pessoas que merecem igualmente serem como nós sujeitos econômicos, políticos e culturais do seu próprio mundo. Merecem se apropriarem de seus destinos, identidades e concepções, inclusive como

produtoras do conhecimento gerado por sua experiência de vida que não pode ser jamais confundido ou apropriado como experimentação com suas vidas. Defendo, portanto que as pessoas devam ter o controle dos recursos econômicos e políticos para serem sujeitos iguais em direitos civis plenos. Que tenha sua autodeterminação garantida dentro das políticas públicas como protagonistas e não como meros participantes ou beneficiários.

Para mim falar da renda básica e sua universalidade sem abordar inclusive epistemologicamente os direitos econômicos e políticos não é apenas produzir estudos pobres sobre a pobreza, mas reproduzir a pobreza pela manutenção dos dogmas alienadores de direitos fundamentais dos povos e pessoas livres. Se a renda básica não é recurso capaz de restituir e reintegrar os direitos a vida, liberdade e identidade dentro de uma verdadeira democracia como um mesmo direito civil inalienável, ela é só mais programa social e não um direito constitucional garantido de fato.

Um benefício que não só corre o risco de ser subtraído, mas ser instrumentalizado por regimes populistas, autoritários, e até mesmo totalitários. Ou alguém acha mesmo que se um governo como o da Coréia do Norte implementasse uma renda básica incondicional, não haveria mesmo nenhuma condicionalidade implícita exigida perante as autoridades?

A transição dos experimentos da fase utópica da Renda Básica representados por comunidades como Quatinga Velho e Otjiviero Omitara, para a fase científica é importantíssima e deve não só ser efetuado, mas apoiada por toda a sociedade,

mas não sem os próprios cidadãos interessados protagonizando estas iniciativas. Porque dos controles sociais é a democracia direita, o controle de fato de pessoa livre a forma mais segura de garantir que tais experiências sejam legítimas, ou seja, estejam de fato dirigidas para responder aos seus anseios, os interesses dos povos e sociedades e não dos governos e mercados.

Sinto muito, mas as pessoas naturais, aquelas que não representam interesses governamentais ou corporativos, não estão à espera de nenhuma prova empírica se a renda básica é ou não boa para sua vida, eles precisam e esperam apenas que se efetive o acesso incondicional ao mínimo vital. Aliás, não é só pressuposto autoevidente a necessidade dos meios vitais e ambientais e portanto o benefício da sua garantia aos carentes, mas é pressuposição teórica fundamental a própria definição da renda básica e estado de paz a necessidade de garantia mútuas dos mínimos vitais.

A pergunta que nós como pessoas comuns e iguais devemos fazer é a que anseios e receios as experiências da renda básica pretendem responder: o dos déficits públicos ou das necessidades incontestáveis dos vulneráveis? Precisamos entender que querendo ou não, as dúvidas que ensejam nossos estudos estão permeadas e de preceitos e pressuposições culturais, e muitas vezes dizem mais sobre nossos dogmas e mitos contemporâneos do que propriamente sobre politicas sociais e os comportamentos dos usuários.

Precisamos mais do que gente disposta a verificar se a renda básica é ou não uma proposta razoável, dúvida que não é

razoável a menos que não se considere mortes evitáveis um crime de omissão dos responsáveis. Precisamos sim de experimentos que sejam estudados imparcialmente, mas que não estejam mais encerrados no velho arcabouço dos paradigmas científicos do século retrasado, nos quais os estudos não conseguiam se enxergar como forças constituintes do próprio projeto enquanto instrumentos pedagógico, psicológico e cultural, capazes tanto de influenciar a aferição dos seus próprios resultados e conclusões, mas a trajetória e portanto sucesso e fracasso da própria experiência, especialmente se pensada como processo de constituição de novas tecnologias sociais.

Precisamos de gente disposta não só a discutir se é preciso ou é possível voar ou não, precisamos de gente disposta a construir modelos que voem de fato, modelos exequíveis e sustentáveis de renda básica incondicional seguros e capazes de se sustentar. Precisamos de mais gente disposta a construir a tecnologia social necessária e não só gente preocupada em prova ou comprová-la. Sinto muito pela minha sinceridade ou aparente arrogância, mas já fui e voltei deste caminho, e projetos-pilotos de renda básica, especialmente os governamentais que tenham menos do que a pretensão de fazê-la voar não são apenas tímidos, são inúteis e absolutamente incoerentes com as obrigações constitucionais de estados livres e democráticos.

Quem dera antes de construir muros, declarar guerras, vender armas ou ratificar a criação de corporações danosas à natureza, os governos tivessem o mesmo zelo que tem quando começam a se ver pressionados a cumprir aquilo que não é favor concedê-lo, mas sua obrigação por contrato social provê-lo. Ademais não podemos ser academicamente ingênuos: se decisões políticas

fossem guiadas por recomendações da razão ou ciência não haveria mais desastres humanitários nem ecológicos.

Enfim, se há uma coisa que aprendi com Quatinga Velho é que a RB não é um problema de políticos sem boa vontade, empresas canalhas ou pessoas ricas insolidárias com o resto do mundo — nem muito menos dos estudiosos que produzem conhecimento para quem tem poder e dinheiro e não para a sociedade. Eles estão agindo apenas de acordo seus interesses, a pergunta é portanto se nós vamos tomar a frente e a compreender a renda básica em toda sua força libertária e revolucionária, (pacífica, mas revolucionária) ou vamos simplesmente deixar que eles que tem outros interesses se apropriem mais uma vez da garantia ou não dos nossos direitos naturais.

Não podemos nos enganar: onde há pobreza, há gente literalmente pagando e recebendo para que nada mude.

A renda básica é a abolição da escravidão assalariada. É freio a precarização. E em lugares onde não há nem sequer o trabalho servil e precário, mas só o primitivo monopólio estatal e privado sobre bens comuns naturais, a renda básica implica no fim do extermínio lento, silencioso e velado de povos e pessoas segregadas e marginalizadas e consequentemente das marchas forçadas destas populações desesperadas.

Talvez você pense que para um utopista eu possa parecer por demais pessimista, mas ou os povos e sociedades do mundo assumem a frente das iniciativas sobre a renda básica como política econômica solidária imediatamente, ou vamos precisar de mais revoluções francesas e americanas para poder ver a sua

Justiça Agrária de Thomas Paine sair do papel e por um fim, em tempo, aos desastres e crimes contra a humanidade que nunca deveriam ter acontecido, nem devem mais acontecer de novo.

Obrigado

** Lida para o público resumida e em parte fragmentadas.*

Original: https://medium.com/marcus-brancaglione/ensaio-para-o-discurso-em-paris-bd1ab3a7530e#.yrbi7cen3

Discurso para a Conferência Budapeste

No final um ensaio (muito mais longo do que deveria e fora do curto alcance do meu inglês).

Renda Básica como Liberdade

Introdução

Sou o atual presidente do ReCivitas e um dos corresponsáveis pela experiência pioneira da Renda básica em Quatinga Velho no Brasil. Um projeto piloto independente que pagou diretamente 30 reais para aproximadamente 100 pessoas de uma mesma comunidade sem nenhuma condicionalidade durante 5 anos.

A experiência teve como principais diferenciais:

· o fato de ser financiada com recursos doados por pessoas por todo o mundo e pagos diretamente a cada pessoa da comunidade.

· Ter sua elegibilidade autogerida em assembleia via democracia direta.

· Além é claro de ser antes de tudo um projeto social que publicou e propiciou estudos acadêmicos independentes sobre a prática da renda básica incondicional.

Contudo seu principal diferencial é que embora tenha sido uma experiência com renda básica este não foi definitivamente um experimento social em seu sentido clássico, mas antes de tudo um projeto piloto com a finalidade maior de constituir um

modelo pequeno, mas altamente replicável de renda básica incondicional de fato e na prática.

Foi um projeto comprometido com o desenvolvimento humano e pedagógico não só da comunidade, mas da sociedade como um todo que teve que lidar com mais do que argumentos ou dados inconvenientes, mas com um fato. Havia pessoas de uma comunidade inteira recebendo uma renda básica incondicional e elas estavam indo muito bem e passando muito melhor, obrigado. Fatos testemunhados não apenas por estudiosos, mas pelos próprios beneficiados. Alguns deles quantificados e qualificados, e que revelaram não apenas uma comunidade melhor material e produtivamente, mas mais politizada depois da introdução de uma renda básica incondicional paga não por uma autoridade maior, mas por iguais, não em nacionalidade mas em humanidade, paga de pessoa para pessoa por verdadeiros cidadãos do mundo.

Mas porque quase ninguém ouviu falar de Quatinga Velho? Há muitas razões que não cabem aqui descrever. Talvez não tenhamos lutados com a mesma força para publicitar adequadamente nossa realização e nossos estudos como lutamos para realizar o pagamento da renda básica. Talvez num mundo onde o valor das pessoas não se mede mais por sua individualidade, mas por contabilidade de consumo e eleitoral, 100 pessoa não seja uma amostra humana suficiente para ser relevante. Sinceramente, não sei. Estudos independentes foram feitos e serviram de base para nossos próprios relatórios críticos apresentados como *papers* tanto nos congressos da BIEN-Munique em 2012 quanto da ISTR-Siena 2013. Talvez então não tenhamos publicitado adequadamente nossos estudos, mas os publicamos. E através do nosso site **recivitas.org,** vocês poderão

encontrá-los e baixá-los (em português e inglês). Eles e os links para os estudos que tem nossas publicações como referência, ou nossa experiência como campo de estudo. Estudos com o qual dialogamos na produção do nosso conhecimento crítico.

Por isso optei por trazer não novos relatos ou dados antigos, mas uma nova perspectiva ainda não abordada sobre as mudanças provocadas pela introdução da renda básica: um relato não só das transformações na vida da comunidade, mas sim da revolução no entendimento que a pratica da renda básica provoca também naqueles que a vivenciam do outro lado, não como mero observadores, mas como seus realizadores e responsáveis. Decidi revelar o quão ampla podem ser as transformações promovidas pela renda básica lançando luz também sobre o desenvolvimento daqueles que de também experimentaram a prática da renda básica em sua mais difícil dimensão, a da dever. Sim do dever que embora voluntariamente assumido não deixa de corresponder a garantia do direito fundamental ao mínimo vital que ainda universalmente carecemos.

Espero não decepcionar então quem espera dados mais frios. Sei o quanto dados são importantes, até porque quando iniciei o projeto-piloto não havia dados nem referências senão completamente teóricas. Espero também não decepcionar demais quem espera um relato mais completo de toda a história com seus percalços vitórias e fracassos. Sei o quanto isto é também sensivelmente significante, mas depois de anos de experiência e certo tempo de silêncio sobre o projeto, considero primordial transmitir primeiro o exemplo das transformações. Porque se pudesse voltar no tempo e só tivesse tempo ou chance para entregar a mim mesmo, ou os dados ou

o relato do meu saber empírico como aprendizado vivenciado não tenho duvidas certamente optaria pelo relato da experiência de fato, mesmo sabendo que meu antigo queria muito mais os dados.

É por isso que hoje trago para vocês antes de tudo o testemunho do que vivi não só como quem estudou, publicou, planejou, captou recursos e executou um projeto, mas de quem também teve o privilegio de trabalhar ao mesmo tempo em campo. Tanto junto a comunidade orientando e pagando a renda básica quanto, junto a sociedade e poderes tentando levantar os fundos e apoios necessários para que o projeto não morresse. E para que não haja dúvidas ele morreu. Depois de meses de agonia, não acabou, morreu. Porque verdadeiras utopias nunca acabam elas só morrem, para renascer ainda mais fortes e novas em outros lugares.

Ademais, não se pode falar de renda básica sem ao menos tentar entender que assim como para quem tem tudo uma renda básica não significa nada, para quem não tem nada ela eventualmente é tudo. Logo sua falta não é o fim de um estudo, mas a perda de muitas vidas não só não vividas em sua plenitude, mas mortas pela falta de garantias mínimas de dignidade e subsistência. Essa é portanto a dimensão e profundidade da palavra experiência que trago hoje e peço desde já perdão se ela vier carregada demais não só de significados, mas sentimentos. No mundo real eles não se separam eles constituem a realidade como sentido de vida.

I Pobreza

Costuma-se pensar nas transferências de renda como um remédio para os males econômicos da pobreza e da extrema desigualdade social. Porém uma das lições da experiência do projeto piloto de Quatinga Velho é que a renda básica incondicional não é só um instrumento econômico de politicas públicas para a redistribuição de renda, mas antes disso um instrumento de restituição de direitos naturais e proteção de liberdades fundamentais tanto contra a exploração do trabalho alienado **quanto a violencia simbólica e de fato.**
Como dispositivo constitucional, como principio fundamental de novos contratos sociais explicitamente consensuais a renda básica é antes de tudo instrumento de libertação da dependência governamental e servidão política e portanto de empoderamento politico-economico especialmente dos mais carentes e marginalizados.

O tempo em que pobreza podia ser vista como fenômeno natural ou predominantemente econômico foi-se. Hoje a pobreza, mais claramente que nunca, é um mal geopolítico. Não que a pobreza tenha sido um dia apenas socioeconômica, não. Mas nunca esteve tão explícito que ela não é meramente um estado relativo de falta de condições econômicas, mas sim, e muito mais ampla e profundamente, a privação das liberdades fundamentais em todas as formas: politicas, econômicas e culturais. Um estado não de desigualdade de riquezas, mas muito mais propriamente de poderes econômicos. Há que se entender que propriedades particulares e riquezas são legitimas e se constroem em paz e produtivamente, mas poder politico ou econômico como só se faz com desigualdade de autoridade sobre bens comuns, com ameaça ou agressão direta contra pessoa, ou contra tudo aquilo que ela precisa para sobreviver

livre e naturalmente, seja seus meios vitais seja seus meios ambientais.

A pobreza é, portanto o resultado da destituição regular, sistematizada não só dos direitos naturais de autopreservação, e autodeterminação, mas também do direito a proprioconcepção como liberdades fundamentais e inalienáveis. E esta institucionalização da substituição dos direitos naturais por leis e ordens arbitrárias e artificiais; essa imposição a força de ideologias supremacista e desconexas da ordem necessárias e geracionais da vida não produzem apenas pobreza, mas pobreza econômica política e cultural como privação de condições necessárias a vida e liberdade. A pobreza é feita de privação, segregação, e discriminação produtos não apenas de uma economia pobre, mas de uma politica e cultura expropriadoras. O poder político-econômico reproduz a pobreza em todas as dimensões para colher domínio e servidão, e por isso a liberdade que não emancipa, que não liberta, a liberdade que não é empoderamento não é liberdade é discurso liberal.

A redução da liberdade ao conceito neoliberal de escolha entre alternativas preconcebidas e realidades reduzidas e predeterminadas, não mata só a liberdade como empoderamento político e econômico, mata a liberdade como capacidade inata para definir a história da nossa própria sua vida particular e comum. A redução liberal da liberdade mata o direito natural de cada pessoa de conceber o sentido livre e próprio para a sua coexistência de acordo com seus valores e significações. Mata o tempo e espaço livres absolutamente necessários ao movimento da liberdade e manifestação consensual da vida em comum. Mata a possibilidade do nascimento dos estados livres e de paz entre todos seres iguais

em sensibilidade e inteligência não só se dispor contra toda violência seja como agressão, seja como privação, mas reconhecer universalmente o direito a vida como meios vitais e ambientais de todos os seres governados antes de tudo pelo equilíbrio harmônico de suas forças de livre vontade, que em particular são sempre mais ou menos iguais.

A pobreza não é algo que acontece. Mas o estado que se cultiva como politica econômica; é a condição de privação das liberdades fundamentais pela qual se reduzem pessoas a objetos de emprego, de estudo, de benefícios sociais, de recrutamento militar, de sacrifício aos mitos de poder e sem as quais os governos totalitários e corporações monopolistas jamais conseguiriam perpetuar suas guerras militares e econômicas insustentáveis contra a humanidade. A violação das liberdades, fonte primordial da pobreza e violência não é produto do acaso, não é circunstancia, mas fenômeno de relações de poder. Do ponto de vista humano e seus direitos é um crime produzido e alimentado por poderes político-econômicos e suas corporações. Poderes que encontram na pobreza o exército dos marginalizados que servem não só de empregados aos seus trabalhos mais sujos e indignos, mas também de servos políticos e fanáticos religiosos.

As terras e territórios onde a privação dos meios vitais e ambientais é regra, onde a subtração objetiva das liberdades necessárias é a ordem, não são só o campo de cultivo do poder do signo do dinheiro como pobreza alheia, mas o curral da cultura de violência onde se reproduzem inimigos e se fábrica a falsificação da legitimação do ilegitimável estado como monopólio da violência.

A pobreza e as violações da liberdade serem geo-referenciável não é coincidência, Pobreza e violência como sistemas de desintegração cultural e reprodução da alienação econômica e politica são produto dos apartheids entre povos e pessoas desprovidos da liberdade fundamentais como terras, territórios e seus bens comuns. Pessoas vulneráveis não só ao aliciamento ao fundamentalismo e fanatismo político e econômico, mas também religioso.

II Liberdade

Liberdade é empoderamento, e pobreza sua negação.

O produto da segregação de terras e territórios, da discriminação de direitos naturais como posse e controle do bem comum por pessoas que se entendem como sujeitos do mundo contra o resto tomado como seus meros recursos ou objetos de emprego, estudo ou sacrifício corporativo e ideológico seja ele politico, econômico, militar e religioso. Vidas cujas perdas quando não completamente ignoradas e desprezadas são impostas como aceitáveis ou mesmo positivas para o bem maior do mito ideológico corporativo. Vidas que não se medem por sua qualidade, mas são contabilizadas por quantidades de utilidade e troca nas perversas contabilidades dos supremacistas e seus servidores.

Não se engane, os mundos obviamente tem donos porque para cada cerca, arma e regra que são apontadas contra você e que não brotam do chão como árvores nem caem do céu como a água, para cada decisão que você não tomou nem sozinho nem participou junto todos os demais e que ainda sim o afeta, há no

mínimo uma outra pessoa que se assenhora do seu destino e controla um mundo que não é só dela mas também a sua revelia. Conspiração? É claro que não. Os donos e controladores dos poderes políticos e econômicos não fazem nada escondido, fazem tudo isso sem nenhum pudor, bem na nossa frente e as vezes até com nosso consentimento e defesa. Eles não conspiram, porque não é preciso conspirar para se impor perante alienados.

A pobreza é estado de exceção; é processo de desintegração e redução da vida que permite não só a perpetuação dos governos totalitários e corporações monopolistas e suas economias, mas a reprodução de todo relação de autoridade como poder e violação da liberdade do outro. Contuso se estamos presos a estados totalitários e expropriadores não estamos necessariamente privados nem alienados das nossas capacidades cognitivas mais fundamentais que podem nos libertar. Precisamos entender que não temos apenas nossos direitos políticos e econômicos falsificados, mas antes deles nossas liberdades mais fundamentais de manifestação, expressão e até mesmo de concepção próprias cerceadas por violência simbólica e de fato. Somos adestrados desde a infância a pressupor que as preconcepções e ideologias transmitidas por quem se apropriou primeiro do mundo são também nossa visão de mundo, e não o mundo deles imposto como único mundo possível.

Precisamos acordar e entender que esta falsificação da realidade por condicionamento comportamental de crianças e adultos destrói todas possibilidades de autoconhecimento e autoafirmação dos povos e pessoas. Precisamos despertar deste estado letárgico e servil e romper os campos de concentração

não só do trabalho e posses, mas do saber. Precisamos abrir nossos olhos e cruzar as fronteiras do conhecimento para nos reapropriar antes de tudo do nosso livre pensamento. Precisamos enfrentar os supremacistas e seus preconceitos que impedem nossa proprioconcepção de reagir como consciência conexa, como humanidade. Precisamos nos livrar das correntes que já supomos parte de nós e que nos prendem a essa caverna platônica onde estamos condenados a assistimos o passar da nossa própria vida e historia como espetáculo alheio até seu fim.

Culturas supremacistas muitas vezes adoram ideias absolutas de forma tão profunda que nem mais compreende que aquilo que chamam de realidade, ciência ou verdade seus próprios objetos de fé e certezas absolutas, ainda que diante da negação de outras pessoas e sociedades. São estados de inconsciência coletiva que impedem a restituição identidades particulares e comunitárias reintegradas. E mais do que nossa passividade perante esses agressores e privadores é a nossa conformação a renegação do nosso direito de proprioconcepção que constitui nosso maior arcabouço e obstáculo a libertação como humanidade.

É nossa conformação com essa violação de direitos humanos que abre o caminho para ou cultos idolatras ao poder, e suas pressuposições de legitimidade de valores e estados monopolistas impostos a força. A alienação da proprioconcepção é violência privadora de liberdades fundamentais que não só sistematiza a pobreza como sistema de exploração do trabalho servil, mas sistematiza a servidão (supostamente) voluntária como obediência civil ao poder

político falsificado como se fosse a representação do estado de direito.

III Humanidade

Os desastres humanitários e ecológicos não meros efeitos colaterais de um sistema socioeconômico injusto ou insolidário, mas o produto dos jogos de poder político-econômico governamental e financeiro. E nosso principal crime de omissão como sociedade perante o poder dos intolerantes violentos e supremacistas não é não reagir, mas não se mobilizar para prevenir que eles se imponham contra qualquer ser humano ou forma de vida. Assim como não podemos obrigar ninguém a gostar os nos amar, não podemos obrigar ninguém a não nos odiar ou não nos desprezar, porém nos amando ou odiando ninguém tem o direito de por um dedo não só numa outra pessoa, mas sobre o que as outras pessoas precisam para sobreviver como espécies indivíduos e diferentes formas de vida orientadas por sua livre vontade e respeito a livre vontade alheia, ou o que é a mesma coisa pela paz pela garantia da diversidade, e não pela imposição de monopólios violentos e privadores.

Jamais conheceremos a verdadeira liberdade enquanto não construirmos a humanidade para além da abstração entre seres semelhantes. A humanidade não é condição que se realiza com discursos mas com atos que instituem estados de direito humanos garantidos. Sistemas capazes de reconhecer e garantir s vida e liberdade não só dos próximos, iguais e conhecidos, mas dos distantes estranhos ou desconhecidos. Num mundo globalizado, o conceito de proximidade e semelhança é tão

obsoleto e ineficiente quanto nossos muros e fronteiras e estados nações que só se sustentam plantando pobreza em todos sentidos para colher violência e se perpetuar combatendo o terror.

Ou nos reconhecemos e garantimos nossos direitos universais para além do papel, ou as causas e consequências destes crimes contra a humanidade não se limitarão a vontade ou falta de vontade politica e toda sua insolidariedade social. Podemos nos fingir de cegos e surdos aos segregados e apartados dos do mundo, mas o resultado da privação sistematizada de liberdades e direitos fundamentais de povos e pessoas,mais hora menos hora, sempre explodem em revolta, guerras e marchas forçadas, com consequências para todos — até mesmo para os que se acham onipotentes e invulneráveis as necessidades mais básicas. Em verdade, é preciso muito esforço para continuar não querendo ver a rede da vida que liga entropicamente não apenas os eventos ecológicos do planeta, mas também as relações humanas e sociais do mundo. É quase impossível olhar para um mapa-mundi, e não ver que não só a pobreza, mas a vulnerabilidade dos direitos e liberdades estão conexos e se movem de zonas periféricos do sistema até aos centros da rede de poder.

Os segregados e apartados dos direitos humanos e naturais mais fundamentais os refugiados e marginalizados não tem nada, nem onde reclinar a cabeça, não apenas porque seus países são pobres, desestruturados, estão em guerra, ou porque seus governantes são incompetentes, corruptos ou até mesmo genocidas. Isto é só metade da historia. A outra mais importante que coloca povos e pessoas de joelhos perante maníacos e idolatras por poder e sacrifícios aos absolutos; a

outra parte da historia dos povos que não podemos jamais nos esquecer, é que nem todos nascem sem propriedade ou renda próprias por incapacidade sobrevivência de seus antepassados, mas exatamente porque seus antepassados tiveram as propriedades comuns e rendimentos livres necessárias para o desenvolvimento de suas capacidades tomadas- e não, não se consegue tomar isso com apropriação pacíficas. Isto é um mito supremacista. Ninguém consegue o monopólio dos bens comuns necessidades vitais e ambientais sem muita violência contra os outros seres dotados de vida.

Se nossos antepassados, especialmente os povos e pessoas dizimados pela fome ou armas, pudessem contar sua própria história, talvez entenderíamos que somos (salvo raríssimas exceções) tanto descendentes dos expropriados pelos apropriadores que impuseram suas posses e valores a força quanto também destes violentos apropriadores- senão herdeiros deles por gene por adoção cultural. Entenderíamos melhor as conexões entre violação da liberdade fundamentais, pobreza e guerra. Compreenderíamos melhor a falsificação dos nossos estados de direito e paz como negação de direitos naturais e suas culturas como o negacionismo dos seus crimes de poder contra os povos.

E se vocês acham que quando falo de periferias dos sistemas político-econômico estou falando apenas dos marginalizados e refugiados dos terceiro mundo, dos não suficientemente brancos do mundo afora, gostaria de lembra-los de uma coisa muito importante que aprendi viajando pregando testemunhando e pedindo pela renda básica, ninguém é branco o suficiente para entrar no clube 1 por cento do mundo. Como humanidade, em geral pouco de nós somos suficientemente

brancos, puros ou suficientemente não negros. Porque não Claro que há aqueles que são pretos da casa, mas nossa identidade humana está em plena formação por solidariedade não pelo o que somos mas pelo somos negados; perante nossos direitos discriminados e bens comuns e naturais segregados por forças imperiais.

Não duvidem de nosso potencial, nos reconheceremos como comunidade humana do mesmo modo que os povos de um território se reconhecerem um dia como nação, agrupados por seus opressores imperiais e solidários e fraternos em sua privações das necessidades mais básicas. Não tenham duvidas, emergiremos da barbárie da negação imperial dos direitos naturais para a garantia universal como responsabilidade social de garantia universal de nossos meios vitais e ambientais. E esse caminho inevitável em direção a libertação, evolução e revolução dos povos como humanidade continua seu caminho ainda que por linhas tortas. Por isso quanto mais se renega, reprime ou esconde tudo o que é vital, só aumenta ainda mais a percepção inconsciente da sua carência, e ainda que isso ainda velha por isso mesmo como sentido de vazio e revolta existencial constitui-se ainda com mais certeza a concepção da sua necessidade fundamental e universal.

Quando um povo ou classe não tem mais direito de apropriação pacifica dos meios vitais, a falta de uma renda básica, pode se configurar tanto como crime governamental de subsidio a escravidão assalariada, quanto até crime de extermínio daqueles que sequer dispõe de trabalho servil ou assistência compensatória para subsistir. Porém a falta de uma iniciativa de renda básica independentes de fronteiras e políticas nacionais, a falta de programas internacionais de provisão do mínimo vital

às populações carentes sem a intermediação nociva de governos corruptos e sistemas financeiros corrompidos é no mínimo um erro estratégico que chamam para si a responsabilidade da promoção garantia e defesa das liberdades e direitos humanos para si.

É evidente que a obrigação da provisão da renda básica pertence aos governos. Não é dever nem internacional nem de particulares a provisão da renda básica, mas dever de quem detém o controle de fato sobre o território e seus habitantes e suas riquezas comuns. Dever que nenhum poder pode se eximir de cumprir com todos os recursos e rendimentos das propriedades publicas e naturais sejam eles suficientes ou não para suprir as necessidades básicas de todos. Porém, ninguém pode impedir que as pessoas chamem voluntaria e mutuamente a responsabilidade de prover a renda básica onde os meios naturais não forem suficientes ou estejam privados. Até porque garantir incondicionalmente os meios para que as pessoas possam sobreviver independentes de todas as formas de exploração e submissão é muito mais eficiente e solidariamente inteligente do que ter que arcar com os custos econômicos e humanos de enfrentar guerras e desastres humanitários gerados a partir deste vácuo social de privações e omissões. A nenhum governo, portanto deveria ser permitido negar distribuir ou redistribuir os meios necessários a vida e a paz, porque esse bem não lhes pertence como direito de posse para negar ou deter, mas tão somente como dever para prover in natura e dividendos sociais aos verdadeiros proprietários e soberanos: o povo. Assim como jamais poderia impedir nenhuma sociedade de paz de prover este direito. Pelo contrario é seu dever não só prover e proteger todos esses direitos. Governos não tem, portanto nem o direito de privar as

pessoas dos seus propriedades comuns nem consequentemente dos seus rendimentos básicos, nem muito menos impedir ou agredir associações pacíficas de provê-la com seus recursos particulares.

Ninguém tem o direito de exterminar a bala ou a fome nenhum ser humano quanto mais povos inteiros presos a suas cercas embandeiradas ou excluídos delas. Ninguém é pode ser obrigado a compartilhar sua riqueza e propriedades particulares, mas tudo aquilo que é ou faz parte do que é natural como vital também pertence não só a todos os seres humanos, mas a todas as formas de vida não para a ser tomado e consumido, mas para ser usufruído e preservado inclusive para as próximas gerações. Quando dizemos, portanto que governantes não tem direitos sobre a vida e liberdade dos povos não podemos ser hipócritas e ignorar que este direito não passa pelo controle das propriedades comuns e renda básicas. Não podemos mais falar de rendas básicas sem tocar na questão dos direitos naturais a bens comuns alienados como posse de estado-nações e corporações privadas internacionais.

Assim como o poder como violação da liberdade não existe sem desigualdade de autoridade sobre o bem comum, a liberdades como estado de direito constitucional não existe sem igualdade de participação política e econômica nos meios vitais, ambientais e sociais. Simplesmente não há justiça sem o equilíbrio de poderes entre pessoas iguais em deveres e direitos sobre o bem comum, ou o que é a mesma coisa iguais garantias de liberdade fundamental de negociação e associação de paz. Liberdades como propriedades comuns e seus rendimentos básicos, direitos de fato e não de papel.

IV Modelos Experimentais

A construção da paz e humanidade não deve mais ficar na retórica mas passar imediatamente pela garantia de fato da liberdade como contrato social, como experiência. Mas como proceder do discurso a ação? Como constituir uma renda básica incondicional, garantida e universal independente da vontade dos donos dos poderes políticos e econômicos e seus servos?

A grosso modo minha proposta é a constituição de pequenas comunidades completamente horizontais, abertas e conectadas para formar uma rede de seguridade social sem fronteiras financiada diretamente por fundos formados por associação de cidadão não restritos a localidade, mas por investidores sociais do mundo inteiro. Investidores que ao invés de emprestar ou investir em governos falidos e bancos podres poderiam investir diretamente na economia real destas comunidades, vilas, cidades com enorme capital humano e potencial de desenvolvimento. Comunidades hoje pobres e carentes, mas que em longo prazo poderiam não só pagar suas próprias rendas básicas, como se tornar também investidoras ou provedoras da renda básica em outras localidades do mundo. Pessoas e sociedades que perante a queda dos velhos e insustentáveis sistemas de posse violenta e monopolial, teriam enfim de fato como se reapropriar pacificamente do que é efetivamente seu; retomar o controle de suas terras e territórios e consequentemente da sua soberania política como povo com direito pleno de autodeterminação direta.

Minha proposta é que priorizemos como critérios objetos as pessoas dos lugares mais carentes e não por acaso com menores custos de vida e que necessitam mais emergencialmente de uma renda básica seja contra o perigo da

servidão econômica, politica, militar ou religiosa. Que comecemos sim a experiência de uma renda básica em larga escala, mas não de modo centralizado e vertical, mas diversificado e aberto a comunidades pelo mundo inteiro de modo que possamos dar inicio a expansão estratégica de uma rede de renda básica não apenas universal, mas cosmopolita partindo dos lugares mais vulneráveis aos já mais empoderados. Isto não impede que as pessoas também financiem suas próprias rendas básicas em regime de mutualidade. Porém como projeto de pacificação e libertação, como sistema não só de seguridade social, mas de prevenção e contra-violência capaz de proteger essas sociedades a renda básica precisa ser pensada de fato como universal.

Proponho que formemos linhas de financiamento a novas experiências de renda básica pelo mundo inteiro como comunidades livre de interesses que não sejam os nossos enquanto pessoas naturais e não como representantes de poderes governamentais financeiros ou acadêmicos. Precisamos aumentar nosso conhecimento empírico e cientifico da renda básica, mas não podemos nos dar ao luxo de esperar pelo verdecido dos mercados e governos disfarçados de ciência através do risco de estudos acadêmicos comprometidos com os interesses de seus chefes e não com a sociedade.

Para o financiamento proponho um combinação de restituição do bem comum e redistribuição sociovoluntária de rendimentos. Proponho que criemos fundo financeiros que funcionem em localidades completamente empobrecidas como restituidores do bem comum, do capital subtraído; mas que ao mesmo tempo, sejam os catalizadores da necessária celebração de um novo contrato social estabelecido entre todos os

moradores como responsabilidade social de pagar sua própria renda básica conforme sua capacidade. Um compromisso voluntariamente assumido como dever correspondente ao direito da renda básica. O dever de contribuir equitativamente com os fundos necessários para no devido tempo pagar a renda básica de forma independente e autosustentada. Com todos assumindo o compromisso de contribuir proporcionalmente com um mesmo percentual dos seus ganhos. Logo quem hoje não tem nada não contribui com nada, mas conforme seu rendimento cresce passa a contribuir cada vez com mais.

Proponho, portanto um modelo experimental de renda básica de fato cidadã, em rede e descentralizada e financiada diretamente por contratos sociais sem intermediários. Estrategicamente geo-regerenciado no combate a pobreza econômica em todos os seus sentidos, mas sobretudo como agressão e privação de meios vitais e naturais, que devem ser restituídos ou compensados em propriedades públicas e rendimentos básicos.

V Estudos Experimentais

Não preciso dizer que não tenho dúvidas, precisamos de modelos experimentais com avaliações cientificas, mas estas experiências não podem mais estar apartadas do mundo real. Não podem ser laboratório de experimentos sociais com seres humanos.

Precisamos de produtores de conhecimento comprometidos com os anseios, dúvidas e necessidades das populações e sociedades e não de seus chefes privados ou governamentais.

Precisamos de estudos independentes que respondam as perguntas não dos estados falidos e mercados financeiros parasitários, preocupados em produzir novas farsas que substituam os direitos precários, os programas compensatórias e assistencialistas e claro os empregos estúpidos e indignificantes- quando não servis mesmo.

Precisamos de cientistas livres do arcabouço das premissas e valores neoliberais, que não se finjam de robôs desinteressados ou a parte das necessidades, vulnerabilidades e interesses mais do que evidentes dos seres humanos. Precisamos de cientistas sociais que não ponham em duvida as necessidades e capacidades naturais das pessoas e comunidades, nem que se ponham ao serviço sujo de questionar ainda que subliminarmente em seus metodologias direitos humanos e naturais inalienáveis aos quais não cabem questionamento não por fundamentalismo ou supremacismo ideológico ou moral, mas por necessidade de ordem geracional, dado que não apenas o ideal e a moral carecem de liberdade conceitual para serem concebidos mas a próprio ser pensante carece de condições vitais básicas para materializar todo seu potencial.

Pessoas desprovidas do mínimo vital não podem ser reduzidas a mero objeto de estudo, elas devem ser sujeitos da construção sobretudo pedagógica do seu conhecimento. Conhecimento não é poder, conhecimento é liberdade e responsabilidade. E nos colocar na posição de estudo não nos livre dos crimes de omissão de socorro. Fazer ciência supondo-se apartado dos objetos de estudo não é fazer só uma ciência desumana, é fazer ciência obsoleta desprovida dos descobertas mais atuais acercas das incertezas sobre os fenômenos no nosso universo, e a profunda relação e interferência do observação na trajetória e

historicidade do observado e vice-versa. Por isso se em algum momento os estudos que publiquei até aqui deixaram qualquer impressão errada de eram experimentos de renda básica, e não experiências de renda básica, acima de tudo projetos pilotos de políticas publicas de interesse social quero pedir perdão por não ter sido absolutamente claro em minhas pretensões e estudos.

Não sou um relativista. Nem questiono o direito a dúvida, mas há certas questões que nos fazemos sobre a renda básica que revelam mais sobre nossos preconceitos e pensamentos condicionados e servis do que sobre as pessoas que reduzimos a abstrações em nossos estudos. Toda dúvida é válida, mas por em questão a necessidade daquilo que se sabe sem necessidade senão de sensibilidade e reflexão ou é desonestidade intelectual ou segregacionismo descarado. Garanto a vocês não adianta observar a privação alheia, é preciso compartilhar a dor e medo da privação. E assim como é preciso experimentar da fome para saber porque precisamos de comida. É preciso experimentar da arvore do conhecimento para saber de fato o que é uma maçã.

Peço perdão e faço questão de me corrigir se me expressei mal. A verdade é que como pioneiro da renda básica renegado ou não, me sinto ainda sim responsável e quero dizer com todas as palavras que se o projeto acabou é porque eu falhei. Nunca prometi a comunidade de Quatinga Velho continuar para sempre, sempre fui sincero quanto as limitações de recursos, mas se o projeto morreu é porque não fui capaz de sustenta-lo, porque no fundo nunca quis que ele tivesse um fim. E se pudesse voltar com uma renda básica não apenas incondicional mas garantida certamente o faria. Meu sonho não era provar nada a ninguém, mas construir uma modelo de renda básica que fosse capaz de voar, para tantos que pudesse carregar.

Queria que o sonho voasse pelo máximo de tempo que pudesse, mas que ao menos voasse. E peço perdão sobretudo as pessoas de Quatinga Velho por não só por não ter chegado antes, mas também por não ter sido capazes de me manter o projeto piloto mais tempo no ar.

Logo, a principal lição que aprendi não veio da ascensão e desenvolvimento como liberdade de Quatinga Velho, mas com sua queda. E é pelo reconhecimento da responsabilidade que afirmo que precisamos de mais gente disposta a construir suas políticas como tecnologias sociais voltadas a libertação e empoderamento dos povos e pessoas. Precisamos de mais livre pensadores dispostos a construir um novo conhecimento, uma nova ciência tão livre, prática e humanamente orientada a libertação quanto exige o espirito libertário e cosmopolita das garantias de liberdades e conhecimentos como direitos básicos de autodeterminação.

O conhecimento é subjetivo mas a ciência é dialógica. Se saber é sempre objetivo e experimental sua comunicação depende da consciência daquele que conhece não só que quer comunicar mas a quem e para que o que nem sempre significa o mesmo que a troco de quê. Pois assim como nós não devemos entregar a terra aos tiranos e seus estados de poder e corporações, não devemos renunciar a nosso direito de saber sobre o mundo desintermediado dos seus interesses. Precisamos tomar posse direita não só nossos bens comuns e particulares, precisamos nos reapropriar também das nossas experiências como sujeitos passivos e não objetos passivos de estudo ou ensino.

Não podemos renunciar, transferir nem nos alienar de experimentar como sujeitos a renda básica. Não somos nem podemos mais aceitar ser classificados como meros dependentes dos benefícios de governos assistencialistas; reféns da exploração do trabalho servil e emprego de mercados neoescravagistas; mas para tanto também não podemos mais também deixar que nos reduzam a mero objetos da observação, estudo e ensino de uma experiência de vida que é nossa e não de nenhum dos intermediadores de poderes. Precisamos de experiências com a renda básica voltada para os anseios dos povos e pessoas. Principalmente voltada para aquelas pessoas que já conhecem por experiência a necessidade de uma renda básica: os carentes, marginalizados e refugiados. Aqueles que hoje estão mais privados entre todos nós de suas liberdades e dignidades mais fundamentais.

Precisamos formular socialmente nossa própria concepção das coisas como sujeitos capazes não apenas de controlar econômica e politicamente nossa vida particular e comum, mas de conceber nossos ideais, valores e julgamentos como sociedade consciente se o que experimente corresponde ou não aos seus ideais e expectativas. Que construamos, portanto e sem dúvidas suspeitas, egoístas ou servis nossas experiências de renda básica não apenas com ciência, mas com consciência para tomar posse do nosso saber e vivência próprias enquanto iguais em autoridade e liberdade.

Temos direitos não só a terra e ao seus bens naturais; temos o direito de descobrir por conta própria se os frutos de todas árvores sobretudo as do conhecimento são bons ou ruins de acordo com a nossas experiências de paz e livre vontade. Por isso quando digo que precisamos experimentar a renda básica

estou dizendo que precisamos nos libertar desta preconcepção alienada de saber, onde o conhecimento empírico é dado por um relato das autoridades que tomaram terras, vidas e vivem não só de comer todas as maçãs, mas sobretudo de proibir que se aproprie da vida como liberdade e do sua fruto da sua fertilidade natural como conhecimento sensível. Não meu amigo se você quer conhecer o poder da renda básica não peça a ninguém que lhe pague uma, tome a frente a faça-a acontecer como quem banca, quem paga, e reflete sobre o que aprende como esta responsabilidade.

VI Ciência

Creio portanto que a grande pergunta que devemos nos fazer sobre as experiências de renda básica é qual os objetivos dos seus realizadores e responsáveis?

Ou mais claramente a quem estes estudos estão dirigidos: as pessoas ou os governos e mercados. Não podemos ser ingênuos ou tentar fugir como avestruzes de toda a politicidade que envolve a produção do conhecimento. Não podemos nos furtar jamais de questionar os verdadeiros propósitos por trás dos estudos, os propósitos humanos que movem os seres humanos, e que não podem ser inconscientemente reduzidos a uma estado neoliberal e hipócrita como se este fosse a condição natural ou predestinada da humanidade. Precisamos nos perguntar sem receio ou cumplicidade quais são os medos e desejos que movem aqueles que chamam tamanha responsabilidade publica social e humana para si. Precisamos nos perguntar a que senhores ou causas eles respondem. Senão, corremos o grave risco de abandonar uma prática

libertária e libertadora nas mãos de uma ciência sem nenhum compromisso com valores sociais ou humanos, literalmente vendida a interesses particulares, corporativos estatais e privados; completamente comprometida com os interesses capitalistas, no pior sentido que estas palavras podem assumir. A saber o sentido reacionário de preservação de um status quo cujos dogmas trabalhistas nunca deixaram nem tempo nem espaço livres para nenhuma liberdade.

Claro que este não é um problema especifico da renda básica, mas da ciência. Mas isso não importa. Não podemos perder o sentido da renda básica em nome de nada que se pressuponha como valor absoluto ou absolutamente relativo contra as necessidades universais. E se preciso for por em questão os dogmas científicos para destituir as prevalências supremacistas das ideologias que se supõe a imagem do real contra o direito e a ordem livre e geracional da vida tanto melhor. Não podemos mesmo continuar a fingir que a ciência é imparcial e supracultural, porque isto é falsear e impedir a própria produção cientifica consciente. É negar que a ciência como qualquer conhecimento não só se assenta sob certos preconceptos, e se reproduz como todo saber, não apenas lógica abstrata e apartada do mundo, mas se ciência reconexa e dialogicamente.

Por mais que se pretenda imitar a produção cientifica como se fosse “a arte pela arte”, não é o amor ao conhecimento nem ao estudo (nem muito menos aos objetos de estudos) que motiva o estudo e experimentação. É de absurda ingenuidade e hipocrisia tentar compreender a produção de conhecimento como se fosse produto do mero instinto ou vontade de conhecer. Deixar-se se levar por esse jogo de representações

sociais é quase tão perigo quanto supor que os representantes políticos representam outros interesses senão os deles ou hierarquicamente impostos contra eles. Ao fingir portanto que os reis de qualquer domus inclusive do saber nunca estão nus corremos o risco de ver tanto toda a academia reduzida ao mesmo paradigma desumanizador das politicas e economias quantos os estudiosos a meros aparelhos reprodutores de ideologias.

Não.

Se a renda básica é a demanda pela restituição dos direitos políticos e econômicos ela também é a demanda pela restituição dos direitos de concepção e entendimento livre e consensual, sobretudo das certezas e pressupostos epistemológicos. Experiências devem e precisam ser estudadas, mas por qual tipo de ciência social? Ciência comprometida com quais paradigmas?

Quem produz ciência sem se fazer estas perguntas “para que?” “e para quem”; quem produz ciência se achando um artista, que pode se dar ao luxo de ser despolitizado ou se vender comercialmente não é um cientista nem um artista. E não se engane empregados subvernientes estão egregados ao sistema de exploração por privação dos meios vitais e não ao das garantias de direitos naturais. Trabalham pela manutenção do que supõem seus privilégios particulares e não pelos direitos de todos.

É lógico. Não ha ciência sem consciência. Nem saber sem sensibilidade em relação ao mundo não como objeto, mas como

rede de seres dotados de força de autodeterminação. Quem se dispõe a estudar a prática da renda básica sem se dispor a entender seu poder inclusive epistemológico de libertação precisa primeiro se libertar das pretensões de objetivação dos seus semelhantes e aprender um pouco mais com a dimensão da pobreza sua própria condição humana. Precisa refletir mais sobre suas questões, se elas se identificam com a necessidade da garantia de meios virais das pessoas comuns, ou como os anseios das autoridades- que por definição nunca estão privadas dos recursos mas o detém inclusive como poder de definição.

Da nossa parte como pessoas comuns, em hipótese alguma podemos cair na armadilha de experimentos que não estejam voltados para nada menos do que fazer a renda básica acontecer como nossa própria historia da humanidade. Não importa se quem não se identifica com as pessoas e o senso comum não considerem nossas experiências relevantes, ou reneguem seus resultados. O que não podemos aceitar é os argumentos falaciosos dos representantes de governos e mercados de que não podemos colocar a renda básica em prática sem antes passar por seus rigorosos testes e aprovações. Quem nos dera, eles tivessem toda essa reservas e precauções contra o fabrico e uso de bombas ou derivativos financeiros.

Não. Não, podemos mais nos deixar fazer de tolos. Quem detém o poder (salvo desvio padrão), quando quer algo, não espera, simplesmente joga em cima de quem quer e pode jogar. Se as decisões politicas e financeiras fossem guiadas por estudos científicos ou razão, ou melhor, ainda por controle dos cidadãos comuns não só não teríamos tantos criminosos financeiros e de guerra soltos pelo mundo, como não teríamos que lidar com os

desastres ambientais e humanitários ainda em curso causados por eles.

VII Filosofia

Sim. Após 5 anos de experiência em Quatinga Velho defendo ainda mais veementemente a renda básica, mas minha voz não é mais a dos meros observadores e estudiosos, não é sequer mais a voz do ativista. Minha voz é daqueles que precisam de uma renda básica já e não tem voz é de todos nós que que saibamos também precisamos para ontem dela e ainda não acordamos. Não. Não falo, portanto como uma autoridade, mas como pessoa igual em autoridade e portanto humanidade. Por isso, não se enganem eu não falo como um negro, latino, miscigenado, marginalizado ou segregado apenas como recurso de retórica. Eu não só voluntariamente me solidarizo com a carestia dos necessitados como me identifico com ela e porque foi entre os mais carentes que encontrei a nossa condição humana em toda sua igualdade de vulnerabilidade construída por inclusão e afirmação, mas por exclusão e renegação.

Foi assim, buscando libertar as pessoas das suas privações materiais que encontrei minha própria libertação. O significado da liberdade não como realização, mas como busca como luta revolucionária pela liberdade. Hoje busco não só não retomar o projeto de Quatinga Velho, mas ainda espero que ele seja um ponto dos pontos precursores do que vejo como uma rede de renda básica livre de fronteiras não só geopolíticas mas antes do saber. Sonho ainda com a renda básica, e a vejo tanto como principio fundamental de um novo sistema econômico, como dispositivo constitucional de novos territórios libertários

fundados na plenitude da democrática e cidadania. Democracias de renda básica exercidas não por voto ou representação, mas por direito de alocação direta de recursos garantidos por rendas básicas e plena liberdade de associação econômica para todos.

Concebo uma renda básica completamente incondicional que seja dada por pessoas iguais em autoridades, e não como concessão de um poder superior a seus dependentes submissos. Uma renda básica provida diretamente de pessoa para pessoa entendida tanto como garantia social do direito a vida quanto o dividendo social devido sobre o a herança natural e da humanidade. Vejo a renda básica, portanto, não apenas como uma revolução político-econômica, mas de valores e controle social sobre o bem comum hoje estatizados e privatizados. Vejo a renda básica nascendo de um processo de desculturalização em direção a cosmopolitização e emancipação plena das pessoas naturais e reintegração de direitos políticos e econômico e culturais na garantia de direitos civis e sociais plenos e de fato.

Concebo portanto a luta por renda básica como movimento de abolição não só da servidão politica e econômica mas da desalienação psico-cultural. Movimento de libertação não só de classes ou gêneros, mas de toda uma nova geração privadas de sua herança natural literalmente por falta de espaço e tempo livre no mundo tomado patriarcalmente por todos que tomaram violentamente primeiro nosso planeta.

Não só tenho certeza mas recomendo, a renda básica é um ideal que deve ser experimentado e conhecido por todos nós e

em todos os níveis: do comunitário ao nacional. Deve ser uma prática capaz de transcender todas as fronteiras, impedimentos, e pressuposições ideológicas no sentido da constituição de direitos humanos como cidadania plena. A renda básica é um instrumento de garantia de liberdades, mas também um instrumento de libertação de todos, muito mais sensivelmente percebido e emergencialmente necessário para as os povos e pessoas mais carentes e vulneráveis, mas ainda sim necessário a todos nós e que não pode deixar de ser apoiado em nenhum lugar instancia ou iniciativa genuína.

É certo que há pessoa e lugares que precisam mais urgentemente da renda básica, mas não há demanda por renda básica que seja mais ou menos legitima ou necessária. Não há grilhão que não se quebra desta enorme corrente que não ajude a libertar a todos nós. E se os homens e os elefantes de circo soubessem que depois que depois de adultos as mesmas correntes que os prendiam quando crianças não podem mais segurá-los não só já teríamos uma renda básica como democracias diretas nos lugares das distopias do mundo.

A renda básica não deve objeto de pedidos, mas de demanda porque é uma necessidade tão antiga quanto o imperialismo, a democracia e a filosofia e que só virá como conquista social e libertária não porque acredito em revoluções de paz, mas revoluções, mas porque a renda básica é inerentemente revolucionária. Por isso quero encerrar esse discurso como uma imagem ou alegoria, que costumo identificar com o que aprendi com a experiência de Quatinga Velho, pois creio que a renda básica significa para mim o que luz do Sol significava para o filósofo e não por acaso mendigo Diógenes de Sinope

especialmente diante dos Alexandres magnos da vida. Significado que traduzo livremente por:

"***Não tente me dar nem tirar aquilo que não é seu nem para dar nem negar, mas é seu tão seu quanto é meu".***

Muito grato.

Original: https://medium.com/marcus-brancaglione/discurso-para-a-confer%C3%AAncia-budapeste-7cfa27da40b9#.fpg2awych

QUATINGA VELHO E O BOLSA-FAMILIA, HOJE E AMANHÃ

Ensaio dedicado ao Congresso de Maastricht

Flyer do Congresso que não pudemos ir

O presente ensaio não é a apresentação que faria em Maastricht. É :

· minha carta de agradecimento e esclarecimentos públicos sobre o futuro de Quatinga Velho;

· minha crítica ao Bolsa-Família;

· e apresentação dos fundamentos para o salto da teoria à prática da renda básica, com projetos pequenos, independentes, replicáveis, e escalonáveis em redes sem fronteiras.

· Como conclusão, apresento ainda um novo exemplo de modelo prático a realização do que proponho.

Em verdade, se ainda tivesse algo a dizer a presidência ou congresso do meu país seria algo como essa carta, mas não tenho. Pretendo neste texto, esclarecer as pessoas interessadas na renda básica, as seguintes questões bastante recorrentes nas apresentações na Europa:

1. Quais as minhas considerações sobre o Bolsa-Família? Positivas? Negativas?

2. Sobre a lei da Renda Básica? Porque nada aconteceu?

3. O Bolsa-Família se converterá em Renda Básica algum dia? Se ou Como?

4. Porque não houve suporte governamental ao projeto de Quatinga Velho?

5. Qual a influência de Quatinga Velho, ou do ReCivitas, no plano nacional, se houve alguma?

6. O ReCivitas não acredita em programas governamentais?

7. Qual o melhor caminho para a verdadeira Renda Básica Incondicional no Brasil e outros países? Projeto-pilotos como Quatinga Velho ou o Bolsa Família?

8. Qual o futuro do ReCivitas? E de Quatinga Velho?

***9.** E enfim, aquela que eu considero a mais importante das questões:*

Qual minha proposta concreta para novas experiências, não só em países em desenvolvimento, mas em todo e qualquer lugar do mundo?

Contudo, para quem não se interessa por nenhuma destas respostas ou histórias, não quer saber nada de Brasil, ReCivitas, Quatinga Velho nem muito menos Bolsa-família, só quer saber o que precisa para fazer a Renda Básica acontecer, mesmo sem apoio político ou pouco recursos financeiros, e não importa se para 10, 100 ou 1 milhão, desde que seja concreta e verdadeira. Então pule os agradecimentos e o Bolsa-Família e vá direto para a Conclusão: O novo modelo de Quatinga Velho.

Nele não só falo de como fazer o salto da tese à prática, mas trago o mais recente exemplo de tudo que estou falando. E

espero que seja para todos nossos apoiadores e parceiros uma boa notícia:

A Renda Básica de Quatinga Velho voltou e agora para ficar definitivamente.
O novo modelo tem Fundo Permanente. Investidores. Redistribuição de Renda, Contribuições dos moradores, Crescimento sustentado e o mais importante: previsão de emancipação dentro uma geração: 21 anos.
Talvez, de tudo aqui escrito esta seja a única coisa realmente importante: Dia 28 de Janeiro de 2016 reiniciamos os pagamentos da Renda Básica em Quatinga Velho.

Agradecimentos

Antes de mais nada, quero agradecer publicamente os esforços da organização do Congresso de Maastricht, especialmente Adriaan Planken que até mesmo durante o Natal trabalhou para permitir que eu pudesse participar do Congresso. Gostaria que considerassem esse ensaio tanto como meu "muito obrigado", quanto meu pedido de desculpas por não ter conseguido em tempo garantir minha presença.

Quando, (por razões particulares) precisei pedir o cancelamento da minha participação, disse a eles que de qualquer forma escreveria o que estava preparando, mesmo já sabendo que não poderia ser apresentado. Era o mínimo que poderia fazer para me desculpar.

O presente ensaio, portanto, embora procure atender essa promessa, versando exatamente sobre o tema que apresentaria

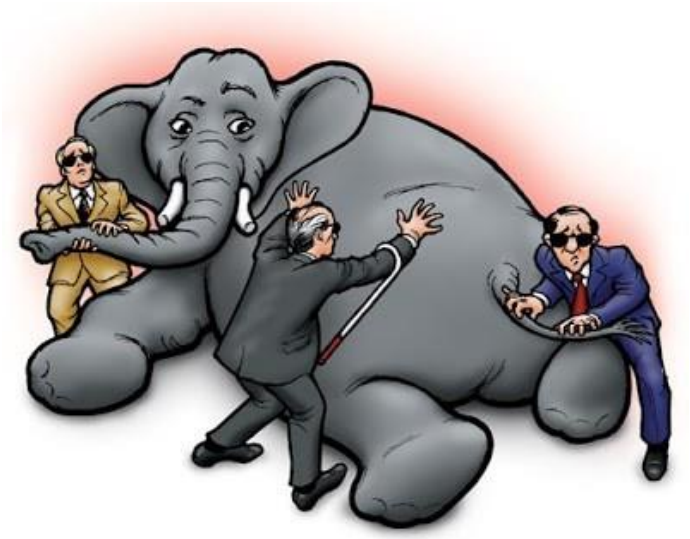
no Congresso, já não é mais propriamente o discurso que tinha em mente fazer. Em parte porque não caberia dentro do tempo reservado; muito mais porque não corresponde exatamente ao que me foi especificado — algo obviamente mais geral para um público que não tem nenhuma obrigação de conhecer particularidades da realidade brasileira ou nossa experiência. Mas, é claro que não é só isso.

Mesmo tendo sido preparado para o que seria minha apresentação no Congresso e pensado todo o tempo como contribuição a realização da prática da renda básica e sua experimentação; creio que esse ensaio não seja apropriado para Maastricht*, porque sinceramente não vejo este discurso como adequado nem a minha posição nem ao lugar.*

Como Presidente do ReCivitas e corresponsável por Quatinga Velho tenho dever da transparência e publicitação de tudo que se refere ao projeto, mas ao mesmo tempo manter o que penso em particular, quando não na completa esfera do privado, no mínimo na esfera da devidamente opinião pessoal. E é isso o que agora faço.

Assim se como represente de uma instituição tenho a obrigação de apresentar com fidedignidade nossos consensos, como indivíduo livre, falando apenas em meu próprio nome, tenho a única obrigação de com a mesma responsabilidade e honestidade dizer o que penso de acordo com minha consciência, por minha conta e risco.

Não me entendam mal. Não é que não quisesse ferir suscetibilidades de autoridades do meu país- tão pouco afeitas a



organizações, projetos e ativistas independentes quanto Rendas Básicas realmente incondicionais. Muito pelo contrário, isso eu já faço com mais frequência e propriedade do que a prudência recomenda- como poderão verificar aqui mesmo. Minhas preocupações são outras.

É justamente em respeito ao Congresso, seu propósito e as pessoas que represento pelo ReCivitas que afirmo: ***este não é o discurso que faria em*** **Maastricht***. Literalmente, este é um outro novo discurso. Em verdade, mais uma lição tomada e aprendida na luta pela Renda Básica nesta verdadeira peregrinação dando meu testemunho aqui na Europa:*
Eu até não queria acreditar, mas definitivamente um elefante incomoda mesmo muita gente, e a minúscula Quatinga Velho incomoda muita mais.

Evidentemente que não falo daqui da Europa, onde fomos sempre bem recebidos e ouvidos, mas lá nas terras onde ele nasceu. Mas não quero ser injusto. Ao que parece, esta é uma conclusão passível de generalização: fora do alcance do seu território não é fácil para nenhum governo, por mais autoritário que seja, silenciar, ignorar ou constranger seus cidadãos que não rezam sua cartilha nem abaixam a cabeça.

Nunca vi problema (não para nós) no governo não apoiar ou até mesmo ignorar o projeto-piloto Quatinga Velho. Porém, sempre achei um erro estratégico deste governo se dar tanto trabalho para simplesmente ignorar ou manter as pessoas na ignorância com projetos tão pequeno da sociedade civil organizada. Mesmo se tratando de dois assuntos "inconvenientes" para seus projetos de poder juntos: sociedades civis organizadas independentes e Renda Básica incondicional; sempre achei que se eles não tivessem feito tantos esforços nos dando a chance de reagir a altura nunca teríamos chegado onde chegamos com a mesma visibilidade. Devo, entretanto, admitir: quem estava errado nisto era eu, não eles.

Como se vê, entendia ainda menos do que hoje da pequena política.

Embora fosse inegável todo o desgaste e constrangimento que o governo impunha a quem estava comprometido em defendê-lo, tendo que sustentar suas propagandas e omissões, foi especialmente constrangedor -inclusive de presenciar- a forma tão dissimulada e afetada que depois de Quatinga Velho ganhar o único espaço que havia para existir (aqui fora), se continuou a fingir que não havia nenhum projeto-piloto no Brasil. Ou pior:

como, quando encurralados, ensaiavam algum apoio discreto; nitidamente em desconfortável tolerância; e claro, absolutamente efêmero.

Tudo isso me parecia tão desnecessário.

Definitivamente não entendia nada da pequena política. Não vi nada ou não queria ver nada disso. Enquanto lutava desesperadamente pela mera sobrevivência do projeto, cai na armadilha governamental. Deixava-me medir por seus valores e pré-juízos, perdendo toda a verdadeira amplitude do que realizei. Inconscientemente aceitei calado as bases de julgamento daqueles que medem iniciativa e pessoas por quantidades contabilizáveis consumíveis ou elegíveis e não pelas qualidades dos seus atos e coerência de princípios. Nunca me dei conta do tamanho da dimensão e amplitude de um projeto, mesmo que minúsculo, quando ele é verdadeiro e real.

Não. Definitivamente, não foram eles que subestimaram o valor revolucionário e subversivo de um pequeno projeto de Renda Básica incondicional libertária e radicalmente democrática. Fui eu. Mas nunca é tarde para corrigir nossos erros.

Não era só uma questão de desinformação quanto a Renda Básica, ou cooptação e monopolização de movimentos sociais ou políticas públicas, inclusive enquanto história. Era uma questão de frear qualquer ação real contraditória ou "concorrente" a um dos pilares mestres do seu projeto de perpetuação no poder: o Bolsa-Família. Era, portanto, uma questão de frear a Renda Básica incondicional não apenas como discurso, mas como prática libertária e empoderadora.

O problema de Quatinga Velho aos olhos oficialistas não era o de ser feito por ONG independente, nem tratar de uma lei natimorta de Renda Básica de Cidadania nunca posta em prática e injustamente, nem se pequena demais em número de pessoas para despertar o medo ou a ganância eleitoral dos políticos e seus spearkers. O problema de Quatinga Velho era (e agora eu sei ainda é) o de ser a realização da liberdade de fato, sobretudo, política que a Renda Básica proporciona por um tempo constante e número suficiente de pessoas para despertar a vontade de participar e até mesmo lutar por ela em muito mais gente carente que viesse a conhecê-la.

Agora, entendo, porque devemos amar nossos inimigos? Onde estaria e o que saberia sem aqueles que vêem adversários e inimigos em tudo que é novo?

E quanto aos novos e velhos amigos aqui na Europa? O que mais uma vez eu posso dizer? Mais uma vez, vocês me ajudaram muito a compreender muitas questões. Me ajudaram a desvelar de novo não só fatos que no Brasil me passavam desapercebidos ou supostamente deveriam ser tolerados graças a banalização da sua prática e domesticação da vida, quanto a revelar o caráter de pessoas que muita gente ainda eram bastante duvidosos. Só tenho que agradecer. Não só a Maastricht*, mas a todos que nessa longa viagem tem aberto espaço para que possamos falar e querem com sinceridade escutar a história de Quatinga Velho compartilhando nossos saberes.*

Quanto a minha audiência mui amiga da terrinha, incluirei definitivamente minha perspectiva do Bolsa-família quando fizer novas apresentações internacionais. Sempre preferi usar melhor

meu tempo passando o máximo de informação sobre a minha experiência com a Renda Básica, não só porque é o meu diferencial, mas porque se eu não advogar por Quatinga Velho quem vai? Eles?

Sinceramente, não imaginava que entre os 4 gatos pingados que ainda leem meus escritos (ou assistem minhas palestras em "ingrêis") haviam ainda autoridades tão preocupadas em vender a imagem oficialista do Brasil "para inglês ver". Espero que eles encontrem o que estão procurando, ou que pelo menos que a busque e ajude a reciclar a velha mentalidade. Mas nisto sou pessimista, acho que poucos deles ainda não se tocaram. Ainda tem mais gente entre eles mesmo acreditando que estão enganando todo mundo do que gente acreditando nas suas propagandas governistas pelo mundo afora. E o pior, é que isto é o que menos importa. O que surpreende mesmo, é que mesmo diante de tantos desastres econômicos e naturais, vexames e crimes políticos, tantos riscos e prejuízos para se preocupar e recuperar ainda perdem tempo gerando ruído e interferência nos discursos alheios.

Mas o diabo é assim mesmo, quanto mais você foge dele, mais ele te persegue. Não importa onde você esteja, não importa o quanto você o evite. Mais uma lição que eles nos dão com seu contra-exemplo de vida: Para eles quem não está com eles, está contra eles. Logo, meu amigo, mesmo não querendo, mesmo não estando contra eles, saiba eles estarão contra você. Pois bem, lição dada, lição aprendida: Não adianta fugir. E então enquanto não enfrentarmos os monopolistas que pensam que são donos do bem comum e fazem da terra seus territórios bloqueando todas as portas de saída, jamais teremos nenhuma solução de bom senso como a Renda Básica para todos.

Para mim, falar sobre Quatinga Velho já é quase como um desabafo sobre essa e tantas outras lutas silenciosas inclusive pela preservação da nossa história de vida como memória e informação contra um estado que pratica descaradamente políticas de desinformação e desconstrução. São 10 anos de ReCivitas este ano. E sem contar os pagamentos mais de 8 anos para viabilizar, manter e resgatar por nossa conta uma Renda Básica como uma realidade possível para estas pessoas. Nossas apresentações sobre Quatinga Velho estiveram longe, portanto, bem longe de ser uma busca por notoriedade ou reconhecimento pelo que fizemos, elas foram e ainda são parte da mesma luta por espaço e condições básicas a uma identidade própria e livre, a luta para não deixar que matem e depois apaguem nossa historia de vida. Uma historia que não foi feita só produzindo papel e propaganda, mas de atos e experiências pessoais.

Por isso não estou sendo irônico. Preferia mesmo só falar sobre minhas realizações, falar sobre Quatinga Velho, mas entendi. A Renda Básica nunca terá espaço enquanto os velhos paradigmas, regimes e os vermes que vivem dele não se forem. Se esta é a ordem das necessidades para que a liberdades e justiça que seja então: trabalhemos para que eles se vão todos. Democracia Direta e Renda Básica, direitos emancipatórios políticos e econômicos não estão apenas interligados, são interdependentes e talvez tenham mesmo que ser conquistados em simultaneidade revolucionária.

De fato preferia falar sobre Democracia Direta, formas de propriedade alternativa, e contribuir para as questões mais prementes do mundo, como a dos refugiados. Mas mesmo quando por um momento voltamos nossa atenção para Europa

buscando contribuir com seu momento de experimentação da Renda Básica, não conseguimos escapar da nossa própria realidade. a política e a realidade nos traga, e prende mais uma vez em sua luta eterna.

Mas não se engane. A política brasileira não freia e atola em seus problemas apenas o povo brasileiro, ele mesmo quando tem tudo para decolar consegue fazer da nossa economia mais um dos fatores de risco do mundo. Como uma doença, nossa política não impede só o Brasil de desenvolver todo seu potencial, seu povo ou até cada cidadão ou organização em particular, ela consegue criar obstáculos literalmente para todo o mundo.

Infelizmente governos de viés autoritário mesmo em regimes democráticos produzem danos sociais irreparáveis não só às sociedades civis que as alimentam com a sua fraqueza, mas as novas gerações, porque quando não as mata ou infantiliza, as envelhece e corrompe aleijando- para toda a vida.

Basta, por exemplo, falar a palavra Bolsa-Família que inclusive um exercito da propaganda governamental do meu país se arregimenta. Por quê? Isto em verdade é uma pergunta quase retorica. Fazê-la é o mesmo que perguntar num filme de terror, por que os mortos vivos e zumbis nunca morrem nem deixam os outros viver?

Diria, portanto, que as suas limitações inerentes do Bolsa-família como um programa de renda condicionada, compensatório, social-democrata, tecnocrático, não eram insuperáveis. Mesmo as distorções e preconceitos mais severos

derivados de sua origem neoliberal, conservadora, assistencialistas poderiam ter sido superadas até mesmo dentro do modelo extremamente centralizador e burocrático da máquina petista caminhando de fato para a exigência de menos condicionalidades, contrapartidas. Porém, suas distorções de caráter populista e até mesmo de viés totalitário (hoje declaradamente de inspiração getulista), essa apropriação e instrumentalização partidária e eleitoral produzida para perpetuação de um projeto de poder que não só encampa todso os piores aspectos conservadores que tanto criticava, mas descaradamente passou a vendê-los como os elementos emancipatórios da propaganda enganosa governamental deste novo estado paternalista corrompeu definitivamente não apenas o programa afastando definitivamente de qualquer evolução em direção a incondicionalidade, cidadania ou emancipação.

Logo seria perfeitamente possível fazer a transição do Bolsa-família para a Renda Básica se esse fosse o compromisso político ou se essa fosse a obrigação constitucional. Mas compromisso? O compromisso, sempre foi só no papel. O problema do Bolsa-família nunca foi o Bolsa-família em si, mas o mesmo de todo Brasil: a infidedignidade dos nossos governos. Mais precisamente, os problemas e limitações e até mesmo distorções de ambos poderiam ser superados e abolidos, mas se aqueles que o controlam o quisessem e se importassem. E como cidadão brasileiro, parte desta grande experiência Brasil afirmo : não se deixem enganar, eles não se importam nem assumem sequer os danos que causam.

O governo atual foi arquetípico nisto. Seja no irreconhecimento de suas responsabilidades quanto na bipolaridade entre o

autoritarismo e a vitimização. Entretanto, não é de hoje que nossas lideranças (e da America Latina em geral) gostam de bancar os salvadores da pátria ou vítimas de teoria conspiratórias conforme as conveniências. Enquanto isso, se vendem junto com o país por trás das cortinas, nas alcovas do mundo afora- ou de casa mesmo. São gerações e mais gerações de algozes e capatazes de escravos no poder político e econômico bem treinados para manter seu próprio povo como refém e traficá-lo junto como qualquer outro recursos natural em troca de seus "privilégios".

Pode até ser que a única voz que você tenha ouvido falando sobre isso por aqui ainda seja a minha, mas ela não é a única. Talvez não sejamos muitos a denunciar esse descaminho, mas definitivamente essa não é uma luta isolada, nem uma situação que poucos conhecem. Nisto somos muitos.

Esta luta é na verdade uma luta de muitos brasileiros incógnitos. É a luta pelo futuro do Brasil. O tal sonho do Brasil do futuro de Stefan Zweig. Promessa nunca realizada, porque, como já disse, no Brasil se uma nova geração não morre antes de chegar a idade adulta, morre em juventude, antes mesmo de ficar velha.

Não senhoras e senhores.

O Brasil não é só um país de oligarquias arcaicas e genocidas há séculos no poder com governantes dispostos a dar tudo para ficar lá- inclusive o que não é seu. Não é só um país de povos ou pessoas marginalizadas. É um campo de trabalho de servidão forçada de velhas oligarquias patriarcais infanticidas que matam até o futuro de seus próprios filhos só por mais uma

dose de poder na veia. É o país do futuro eternamente dormente onde toda nova geração, evolução e revolução é sempre morta assim, no berço.

Talvez, você diga outros lugares do mundo sofrem do mesmo mal, não duvido. Mas poucos monopólios artificiais praticam a arte da alienação e propagação do caos como sistema contrário a toda ordem livre natural e auto-organização orgânica com tamanho sucesso. Vide que não importa o que acontece no Brasil ou no Mundo, todo ano termina em nada para começa em carnaval. E há ainda quem viva no Brasil e ache graça de eu ter fundado uma teologia e contra-religião libertária.

A Renda Básica, meus caros, se você não está a espera de um milagre econômico ou político dos todo-poderosos deste ou de outros mundos não é apenas uma decisão que requer espírito e livre vontade revolucionárias, requer fé na sua liberdade, não como um evento ou condição material dada, mas força que move o mundo para além do que ele, ou melhor, não deixam que seja.

Mas não se preocupem não vou falar da minha fé mesmo que libertária e mais lúcida e racional que as culturas fanáticas por suas ideologias políticas e econômicas e materialistas. Vim para falar dos méritos e defeitos do Bolsa-família assim como do meu próprio projeto. E propor mais uma vez, mesmo com os poucos recursos que tenho um exemplo prático de Renda Básica tanto em ato quanto palavras.

Sim, Quatinga Velho está de volta. Ainda menor, como começou. Mas com mais potencial de crescimento e sustentação. Daqui por diante a Renda Básica pode até diminuir, mas parar, agora, nem matando.

E quem com interesses outros não gostar das boas novas que ao menos saibam desta vez interpretar a mensagem corretamente para fingir direito. Deixe-me ajudá-los nisto:

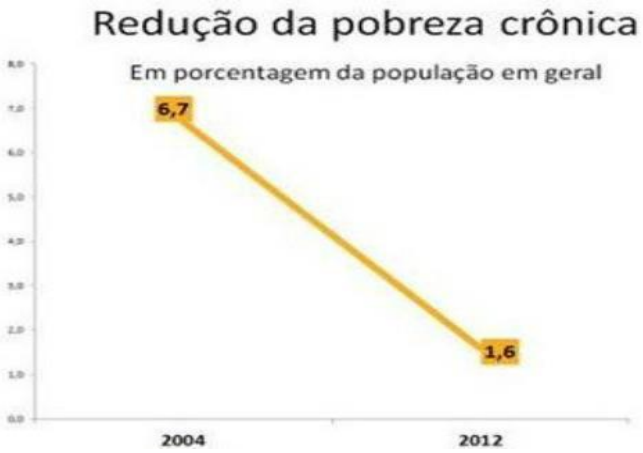
O ReCivitas pode até incomodar muita gente, mas Quatinga Velho... Quatinga Velho se tivesse voz cantaria Raul Seixas: "eu sou a mosca que pousou na sua sopa".

Este é um desafio construtivo de um simples cidadão para quem pode mais:

Parem de falar e façam melhor. Ou então saiam de vez do nosso caminho. Porque se a saída é pela porta então ninguém entra nem sai porque são vocês e seus amigos vossas excelências, que estão sentados nela agora.

O Bolsa-Família hoje

Da conquista social à instrumentalização político-eleitoral



http://ww1w.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/09/brasil-reduziu-a-pobreza-em-suas-varias-dimensoes-revela-estudo

Como disse este não é mais o mesmo conteúdo que pretendia expor… é na verdade bem mais, até mesmo do que eu pretendia. Ou pelo menos, com certeza, bem mais do que muita gente no Brasil- especialmente ligada ao governo- preferia que eu falasse, ou melhor, não falasse- espero.

Entretanto não se preocupem não vou perder meu tempo (nem o seu) enumerando nenhuma condicionalidade regras ou exceções. Não vou entrar neste jogo. Não vou cair, nem jogar ninguém, neste labirinto burocrático que as tecnocracias, sobretudo as tutelares constroem não por mero vício da profissão, mas por absoluta necessidade de sua manutenção, mantém quem precisa informado. Porém, também não vou usar isso como desculpa para omitir ou maquiar fatos e dados-

expediente bem ao gosto da atual era governamental brasileira Dilma-Cunha.

Ao final do texto coloco os links do governo brasileiro onde tais informações podem ser encontradas. Porque é obvio que construo meus argumentos observando tais publicações, mas prefiro não perder meu raciocínio embasando-os em dados oficiais, não só porque a qualquer momento eles terão de ter corrigidos, mas porque faço questão de manter minha própria perspectiva fundamentada em conhecimento de causa e não na mera reprodução de conteúdo alheio.

No Brasil este é um procedimento geral em épocas de crise. Não vá engolindo nada sem saber primeiro a procedência, e evite mais ainda depois de conhecê-la. Por isso, sejam para críticas sejam elogios, definitivamente prefiro fundamentar meu pensamento no conhecimento que eu confio por experiência própria. E não me refiro apenas a minha experiência só em Quatinga Velho, ou aos 10 anos de ativismo em projetos sociais, mas na minha experiência pessoal de vida adquirida vivendo em Paranapiacaba, uma entre tantas periferias do Brasil, e sofrendo não todas as privações e pressões de quem vive nestes lugares sofre, mas sofrendo suficientes delas para falar de coisas que não apenas ouvi falar ou li a respeito.

Não faço, portanto, minha crítica como especialista, autoridade nem muito menos como papagaio de pirata de governos ou oposições, mas como cidadão, testemunha deste experimento Brasil. Falo portanto só com o conhecimento de causa.

Falo como pessoa que sabe como ninguém da importância que esse dinheiro sozinho tem na vida das pessoas que não tem nada, e ao mesmo tempo viu o quão perverso é atrelá-lo a relações de poder.

Falo como quem reconhece tudo o que o bolsa-família foi como avanço social, mas também quanto sua instrumentalização governamental-partidária, sobretudo das suas condicionalidades como porta de chantagem política-eleitoral o reduziu ao novo cabresto dos velhos currais eleitorais do Brasil.

Falo, portanto, como quem conhece a outra ponta do funcionamento desta máquina que perpetua a marginalização de povos e pessoas enquanto promove a sua inclusão social via propaganda.

Falo como quem conhece seu funcionamento para aqueles que vivem a margem da sociedade e quando não estão assim obrigatoriamente sob algum tipo de tutela estatal, seja a da vigilância policial ou da assistência social, estão literalmente em lugar nenhum, não existem nem sequer como números.

Não, definitivamente, não vim dar voz a perspectiva governamental. Não cruzei o Atlântico por conta própria para falar do ponto de vista de quem tem o rabo-preso e repete descaradamente os pronunciamentos e estudos oficialistas de que a pobreza extrema desapareceu quando, basta sair dos seus escritórios e ir a favela mais próxima em formação para ver que mentem. Não, vim dar voz e falar pelo miserável que para todos efeitos foram assim sumindo do mundo por causa da

pobreza constrangedora aos discursos de governos desconectados e descompromissados com o real.

E com toda sinceridade, não vejo nada de polêmico em nada do que eu estou dizendo. Se existe alguma polêmica ela é fabricada e serve para os que vivem destas coisas e não se cansam de inventar historinhas, como se diz no Brasil, para inglês ver.

Para países que já conhecem há um bom tempo: estados de bem-estar social; partidos sociais-democratas no poder; em geral, os programas de transferência de renda condicionados não tem nenhum mistérios. Seus benefícios e armadilhas estão amplamente documentados. O que talvez possa ser um pouco mais difícil de explicar são as distorções peculiares do Bolsa-família. Mas para aqueles que já ouviram falar por alto da economia e política atualmente praticada no Brasil, não creio nem que será tão difícil assim.

Ademais, nada do que eu venha a dizer irá superar a realidade atual. Ela é gritante. Por mais sincero e contundente que sejam qualquer denuncia, nada exporá mais a realidade brasileira e governamental do que elas mesmas. Não importa quantas vezes se repita a mentira, hoje, felizmente, nem mesmo os maiores malabaristas e desonestos intelectuais não estão mais conseguindo acobertar os rastros, inclusive os criminais, dos seus chefes e clientes. Não serão, portanto, minhas palavras que vão colocar os reis deste reino ainda mais nus do que já se expuseram.

Não quero dizer com isso que nada do que se lê por aí sobre o Bolsa-família de bom ou ruim seja completamente falso ou

desonesto. Mesmo os estudos e notícias mais comprometidos e cheios de incorreções são ainda sim sinceros ao menos em piores intenções e ideologias. Acadêmicos ou jornalísticos, Chapa-branca ou grande-mídia: eles podem trazer pouca informação confiável, mas para quem sabe ler o Brasil, eles podem contar muita coisa; obviamente não naquilo que afirmar, mas naquilo que tentam mascarar. Contam como se fabrica desde os programas até suas informações.

No caso do Bolsa-família a discrepância entre as publicações tanto de esquerda quanto a direita demonstram além é claro da completa falta de credibilidade de ambos, o incrível desrespeito a inteligência alheia, e confiança prepotente de que ninguém "de fora" irá verificar in loco o que eles estão contando, nem que de dentro ninguém "vai vazar" a realidade. Até porque se isso acontecer, contam que serão sempre capazes de "descontruir" senão o discurso a história de vida pessoal, ou pior, simplesmente apagá-la.

Pobreza pára de cair na região e número de indigentes cresce no Brasil

Sim, se você pudesse ler os dados e números sobre o Brasil com um olho neles e o outro no país de fato, feito de coisas mais reais e gente de carne e osso, sonhos, esperanças, sentimento e força de vontade entenderia melhor não só o eu estou dizendo, mas o que a coerência ideológica destes papéis em comparação com desrespeito a ordem natural social e humana. Você saberia o que minhas palavras só apontam: dimensão da prevalência não só dos fins sobre qualquer princípio, mas das ideologias sobre toda crítica, autocrítica e moral. Não raro você se depara com os piores preconceitos e até a ignorância bruta mesmo, completamente coerente com a lógica de tais raciocínios. E se surpreenderiam com o nível de alienação e encastelamento não só político e econômico, mas cognitivo das classes burguesas brasileiras, tanto de direita quanto a esquerda- que controlam respectivamente a grande-mídia privada e os meios de propaganda estatal.

Entenderia seu ódio mútuo que evidentemente não supera as divisões reais de classes, mas não deixa de ser uma luta fratricida pela hegemonia num poder que pode divergir em tudo: menos os temas do dogma trabalhista-escravagista e tutelar-governamental do seu povo. Seu como objeto de emprego, estudo e projetos de poder e programas sociais nunca como conjunto, coletivo, ou sociedade entre iguais.

A polêmica, portanto, nasce mais desta guerra de desinformação (onde a Renda Básica é mais alvejada pelo fogo amigo que o inimigo) do que das deficiências ou méritos

inerentes ao Bolsa-família. Nasce do conflito de uma guerra de propaganda onde admitir erros ou reconhecer méritos é perder uma batalha. Neste campo de batalha fico feliz em não militar por nenhum lado e poder dizer, por minha conta e risco, duas ou três coisas sobre o Bolsa-família:

Foi uma conquista social inegável.

Por mais que a ultradireita brasileira negue e renegue, o Bolsa-família foi uma importantíssima conquista social e até mesmo cultural para o país. Sei que é ridícula a forma forçada que o governo brasileiro tenta vender os bolsa-qualquer-coisa como se fosse a reinvenção da roda, ou até mesmo o início da Renda Básica, especialmente falindo um país inteiro, mas para o Brasil onde se criminaliza a pobreza e assistência social, onde ainda se dá pedra e porrada a quem pede pão, o Bolsa-família foi sim um grande salto social. Notem bem o verbo, foi.

Tribunal de Contas: Dados podem estar distorcidos

O Bolsa-família inaugurou uma nova forma de armadilha da pobreza, não só econômica, mas agora também política.

Hoje, por mais que a pseudo-esquerda no poder negue, o Bolsa-família foi reduzido a instrumento de controle político-eleitoral dos dependentes e principal peça de propaganda governamental-partidária. O programa não só incorporou descaradamente as deficiências inerentes da sua origem enquanto programa de transferência de renda neoliberal e compensatória como passou descaradamente a propagandeá-las como valores agregados.

Abdicou, em prol da perpetuação de um projeto de poder, não só de todas correção e evolução necessárias, mas de toda emancipação e empoderamento, de toda garantia do mínimo vital como direito humano até mesmo onde ele só em discurso. Corrompido abraçou e passou a pregar abertamente não só assistencialismo e paternalismo, mas a defender sem nenhuma vergonha o mais baixo clientelismo, a chantagem eleitoral criminosa desde que legalizada- ou pelo menos até que serem interpelados judicialmente.

Sendo inclusive objeto de descredibilidade não só mais nos aspectos que precisa acobertar, mas até mesmo nas feitos que desnecessariamente infla para produzir dados bons o suficiente para sua máquina de propaganda.
O Bolsa-família não é mais só um programa de assistência social e um programa de controle sociopolítico de massas. Se tornou uma gigantesca moeda de troca e propaganda transformada e ao mesmo tempo em peça de falsificação da realidade e controle das massa. Para o regime no poder não é mais um programa social, é símbolo. Não é só um mero programa de assistência, e considerá-lo assim é subestimá-lo em tudo que ele tem de engenheira social, publicitária e psicologia de massas.

O Bolsa-família não é meramente a reunião dos antigos programas neoliberais de complemento ou transferência de renda, instituído pelo outro partido social-democrata siamês e concorrente, é uma gigantesca máquina de propaganda e condicionamento não apenas eleitoral e partidária, mas popular e ideológica das massas.
E mesmo assim, veja mesmo assim, com todos seus usos e abusos políticos, infelizmente, o Bolsa-família representa perante a escassez forçada de políticas públicas a única opção de sobrevivência de muita gente no país. Mas e a lei da Renda Básica? Meu amigo, no Brasil a lei da Renda Básica é só menos conhecida que Quatinga Velho. Para todos os efeitos dentro da guerra de desinformação do Brasil não só a Renda Básica não existe, ela não pode jamais existir. E nisto todos que ocupam ou pretendem tomar o trono concordam.

A primeira coisa que se aprende sobre uma Renda Básica quando se coloca ela na prática é que, não é politicamente suposto fazê-lo, mas apenas prometê-lo.

A esquerda autoritária e reacionária no poder quer perpetuar as condicionalidades das transferências de renda, não vai largar o cabresto nem abrir as porteiras do seu curral. E a direita? Ah, meu caro, a direita que hoje está em ascendência é ultraconservadora. Se pudessem acabar com toda a transferência de renda como direito não só o fariam, como manteriam só as condicionalidades e contrapartidas só “para ver se esse povo ignorante e vagabundo aprendesse o que deve”. Mesmo quem se diz hoje liberal, e se proclame contra todo subsídio governamental e expropriação estatal, não é favor de nenhuma restituição de nenhum bem comum nem

sequer como devido dividendo social para cada cidadão. E claro, também não são nada contra ao subsídio estatal a proteção policial ao seu patrimônio privado.

Em outras palavras esqueça Renda Básica, ecologia ou libertarismo. Se depender da classes política atual voltaremos para o século XIX ao invés de ir para o XXI. Ou afundaremos com os governistas numa economia desenvolvimentista de viés autoritária e um estado de bem-estar social trabalhista falido, ou então cairemos na precarização até mesmo do velho trabalho alienado e retornamos ao velho estado policial, ou mais precisamente só ficamos com esta parte do nosso ainda arcaico estado que, embora gigantescamente caro e burocrático em privilégios e benefícios nunca deixou de ser policial nem mínimo em direitos constitucionais e inalienáveis.

Veja que, ao preferir colocar em risco a credibilidade das suas conquistas sociais em nome da perpetuação do seu projeto de poder, ao adotar a propaganda enganosa, a omissão, a maquiagem dos fatos, ao invés de lidar com as correções necessárias ao principal programa social do governo, o governo não só enterrou a evolução do Bolsa-família mas colocou em risco a própria sustentação deste beneficio.

Na verdade, essa foi sempre a base da sua chantagem: vender a idéia que se a oposição os tirasse do poder os programas seriam destruídos. Porém, agora no lugar de socialdemocracia, siamesa, implementadora tímida dos primórdios do Bolsa-família como Bolsa-escola, temos a ascensão de uma direita que pode até ter dado estupidamente o corpo e argumento às chantagens que eles tanto precisavam para se manter

forçadamente no poder. Contudo isto que simbioticamente tanto retroalimentou e sustentou este ciclo vicioso não expos para a opinião pública a classe politica única como uma massa amorfa contra toda a sociedade, mas como gente capaz de fazer qualquer coisa em troca de dinheiro, cargo, ou poder.

Não importa nem mais nem o que a justiça condene ou absolva. Pelo contrário, a credibilidade da própria justiça está hoje em juízo graças a eles. Perante a opinião pública, todos adversários políticos são percebidos hoje como uma mesma grande classe apartada da sociedade. Porém não mais uma classe de privilegiados e sim de criminosos. É como se o povo tivesse assimilado não apenas as suspeitas ou denuncias na justiça que lhe pesam, mas assumissem as próprias acusações mútuas que com o decoro legal se imputaram: “vossa excelência é um bandido”, “um psicopata”, “um maníaco”.

Veja, portanto, que não foi sem motivos que a população passou a fazer seus próprios juízos e passou a crer com razão que eles colocam em risco não só o futuro dos programas sociais, mas os das instituições democráticas do país. E se você perguntar, como isso foi possível? Como surgir algo assim? Ou como deixamos *que tudo isso acontecesse? Como a* sociedade permitiu? A reposta é: Que sociedade? Num país onde o populismo impera a esquerda e direita. O autoritarismo cresceu no vácuo de uma sociedade civil sem senso de responsabilidade social ou política, sobretudo a organizada que nunca passou de um apêndice estatal e privado — servindo raras exceções de laranja ou papel higiênico destes setores.

Nem mesmos as parcelas mais conservadoras da nossa sociedade que sempre foram bastante críticas do Bolsa-família e nunca precisaram de coerência para tecer suas mais absurdas objecções; eles que nunca se envergonham de seus mais desumanos e preconceitos, nem agora quando as distorções do projeto de poder do PT sentou a cabeça deles com o Bolsa-família nas últimas eleições presidenciais, nem mesmo assim, foram de tecer críticas ou entender o que estava acontecendo. Não foram capazes de distinguir a armadilha política-eleitoral, promovida pelas condicionalidades dos benefícios da transferência de renda; quanto mais de compreender o necessário e absolutamente vital do *mínimo vital* não apenas como direito fundamental, mas como defesa contra a vulnerabilidade institucional do estado de direito democrático, o flanco estratégico onde o oportunismo populista fincaram sua bandeira e fizeram trincheira.

Não senhores, nem depois de levar na própria testa, a burguesia conseguiu deixar de defender seu argumento hipócrita e ignorante que as pessoas que aceitavam aquelas condições e contrapartidas tão aviltantes eram ignorantes ou submissas. Eles que jamais se submeteriam sem processar o governo as mesmas condições, não conseguem admitir que tais escolhas são tão racionais quanto seus apoios a quem os subsidia, ou que mais profundamente deriva exatamente da falta de liberdades e direitos garantidos como condições básicas para uma vida livre e digna. Não conseguem entender isso, ou como muita gente, simplesmente não conseguem assumir, nem para si mesmo, que não consideram essas pessoas seres humanos como os mesmos direitos de cidadania plena que eles. Não por enquanto. De fato seria até ingenuidade supor que conseguiriam chegar à conclusão que a única forma de livrar

essas pessoas destes exploradores políticos seria garantir sua liberdade, instituindo Renda Básica incondicional ou pelo menos descondicionalizando o Bolsa-família.

Em suma. Sim o Bolsa-família foi um avanço absolutamente necessário. Mas esse verdadeiro “Dane-se Paulo Freire e a emancipação, eu quero ficar no poder”, destruiu mais do que a credibilidade de um programa, destruiu o futuro de uma conquista social que sim poderia até evoluir para uma Renda Básica incondicional, mas se, e somente se não estivesse nas mãos de quem estava e está. Gente comprometida com um projeto de poder e manipulação dos seus dependentes.

Por tudo isso, hoje, não só acredito que a Renda Básica deva advir das iniciativas de cidadãos, sociedade civil organizado e movimentos populares constitucionalistas. Vejo suas melhores chances nascendo delas. Especialmente no Brasil. Nisto até o apoio das oligarquias seria até bem vindo, mas sabendo que ele só aconteceria frente a ruína iminente do seu estado de privilégios, e portanto como proposta de salvação precisariam ser tomadas com todo o cuidado para não desfigurarem a renda incondicional e politicas emancipatórias.

Quanto as burguesias de direita e esquerda, em permanente disputa pela representação do poder, vejo que estas só apoiaram a Renda Básica como prática quando isso fosse absolutamente necessário a sua estratégia, porque sabem, mesmo que instintivamente, que todo empoderamento popular é a própria limitação dos seus projetos de poder. Assim, a esquerda só entregaria os anéis para não perder os dedos, pelo esgotamento moral ou perigo de desmantelação do seu Bolsa-

família; e a direita para quebrar esse domínio ou tentar estabelecer um mínimo de afinidade com uma população com a qual não tem nenhum vínculo, nem sequer retórico como a esquerda.

Logo, acho que começa a ficar mais claro porque a lei da RBC já nasceu natiomorta. Ou ainda porque para todos efeitos Quatinga Velho nunca será de boa vontade reconhecida, não enquanto esse regime estiver no poder. Enquanto se assinava a lei, o partido enterrava vivo politicamente seu autor. É sintomático, por exemplo, que Suplicy e Van Parijs tenham sido recebidos por FHC quando da implementação do Bolsa-escola, e jamais tenha sido recebido por Dilma Rousseff. É sintomático que Suplicy tenha feito pública sua reclamação quanto ao descumprimento da reunião com a presidente para a formação dos grupos de trabalho. Assim como também não por acaso que eu e Bruna Augusto, coordenadores de Quatinga Velho, estivéssemos citados para o grupo mesmo não havendo nenhuma menção ao projeto-piloto. Para quem não sabe onde está a incoerência eu conto: Além de ter sido corresponsável pela realização da experiência de Quatinga Velho não tenho nenhum outro mérito na vida, nem sequer formação acadêmica que justifique estar entre tais “sumidades”. Espero que nenhum desavisado amanhã diga que meu nome estava por lá, porque era amigo de alguém.

Os atuais e ainda Presidentes das nossas casas populares e representantes da eterna política brasileira — por enquanto?

Ironias a parte. É possível supor que seria muito melhor assumir as limitações inerentes ao desenho do programa Bolsa-família e buscar as devidas soluções. Mas ao olhar com mais cuidado, é impossível evitar o sarcasmo: eles estavam certos. Vemos que a necessária correção ou evolução em direção a Renda Básica era mesmo utópica, pois significava exatamente eles terem de abdicar de uma poderosa máquina eleitoral e caminhar

inevitavelmente ao empoderamento dos seus dependentes. E quando realizamos quem de fato detém o poder, e o que de fato implica a Renda Básica na prática; a pergunta então não é mais, por que eles não fizeram nada? Mas, sabendo ser quem eles são, porque alguém acreditaria que eles fariam isso?

Enfim, falei muito durante as apresentações sobre as lições que aprendi com Quatinga Velho então aqui vou falar da lição que deveríamos apreender com o Bolsa-família, não só nós brasileiros, mas nós mundo. Ou pelo menos, quem entende que, assim como a ecologia a economia está entropicamente integrada, e não quer mais suas crises econômicas agravadas por lideranças alopradas e subdesenvolvidas.

Não adianta fechar fronteiras, nem mandar emprestar dinheiro para governos nem muito menos bancos ou mercados em crise. Eles não são a solução, eles não são diferentes, eles são lados da mesma moeda, exatamente o mesmo problema no meio do caminho da humanidade.

Todos os impedimentos e condicionalidades que eles impõem antes e depois para as pessoas poderem acessar os recursos que precisam, não só sobre o capital que os financia, mas sobre todos os meios e recursos, sobretudo, os naturais que controlam (e não lhe pertencem) são a origem reiterada do empobrecimento e do seu enriquecimento ilícito, a fonte de seu poder e orçamento governamentais, militares e industriais que não é, nem nunca foi a verdadeira riqueza das nações.

Suas prerrogativas ilegítimas de concepção de graças, privilégios e benefícios advém de expropriação e proibição de usufruto do que é direito natural dos povos, pessoas e seres vivos. E são o princípio mantenedor dos sistemas socioeconômicos de subsídio ao trabalho alienado, aliciamento político, militar e até religioso por privação das necessidades vitais. Aceitá-las, é aceitar os pressupostos do jogo politico econômico que reduz a Renda Básica a mero programa de concessão governamental e como mero programa de concessão governamental ele não será avaliado de acordo com as necessidades da população ou da natureza, mas deste corpo artificial e corporações que o sustentam e controlam.

Fechar os olhos para a falta, a garantia de uma Renda Básica nas áreas mais vulneráveis do mundo onde pessoas são escravizadas por empresas transacionais, aliciadas por governos populistas e autoritários, organizações criminosas ou fundamentalistas culturais e ideológicos, é pedir para que exércitos de fanáticos, nacionalistas, racistas e religiosos se proliferem em troca de pão.

É pedir que os fugitivos destes demônios e seus infernos venham bater a sua porta.
Melhor do que ter que combater líderes fascistas e genocidas e seus militantes crentes e fanáticos, é impedir que mais deles surjam pelo mundo afora blindando os estados de direito democrático destes populistas autoritários e irresponsáveis, protegendo profilaticamente as pessoas e sociedades de fato com as garantias de liberdade de fato como Renda Básica incondicional senão como direitos internacionais, ao menos através de sistemas de transferência de renda de pessoa para pessoa, sem fronteiras. Sistemas onde o controle do recurso não passem nem perto das mãos destes estadistas canalhas e mentecaptos e possam cumprir seu intento: empoderar as pessoas que carecem, se libertar mais ainda da pobreza e armadilhas políticas do que das econômicas.

Enfim, é um erro brutal ignorar o condicionamento ou violação de liberdades fundamentais mesmo em prol de segurança ou pior ganhos puramente econômicos. Porque assim como liberdades uma vez conquistadas não podem ser facilmente retiradas, poderes políticos subtraídas dificilmente também são devolvidos, não sem luta. Portanto tudo que peço é que não se deixem enganar: Libertemos as pessoas mais carentes da privação das necessidades mais básicas e indignificantes e não só elas não fugirão de suas casas, mas construirão suas próprias democracias, ainda mais plenos em cidadania, liberdades garantidas e igualdade de autoridade do que experimentamos hoje, mesmo nos países mais desenvolvidos.

Quatinga Velho Agora e Amanhã

Recomeçando ainda menor para ir ainda mais longe

Aos amigos de Portugal: onde pude sentir de novo o espírito sincero da vontade de fazer a Renda Básica acontecer de verdade, ainda com mais força.

Uma mãe levou seu filho ao Mahatma Gandhi e implorou: "por favor, Mahatma, peça ao meu filho para não comer açúcar". Gandhi, depois de uma pausa, pediu: "me traga seu filho daqui duas semanas".

Duas semanas de depois, ela voltou com o filho. Gandhi olhou bem fundo nos olhos do garoto e disse: "não coma açúcar".

Agradecida — mas perplexa — a mulher perguntou: "por que me pediu duas semanas? Podia ter dito a mesma coisa antes!"

E Gandhi respondeu: "há duas semanas atrás, eu estava comendo açúcar".

Francamente, estou bem longe da ética de Gandhi. E bem… bem mais longe da sua moral. Quem me conhece pessoalmente sabe disso. Não nego que prefiro falar daquilo que conheço na base. Mas, quem conhece meu trabalho sabe que não faço isso por escolha pessoal, e sim necessidade. Por isso, se fosse para citar alguma frase nebulosamente conexa com a Renda

Básica de acordo com meu gosto particular, citaria o epitáfio de Bocage:

"Aqui dorme Bocage, o putanheiro;
Passou a vida folgada, e milagrosa;
Comeu, bebeu, fodeu, sem ter dinheiro."

Porém gosto a parte, creio mesmo que para sair da inércia teórica e entrar no campo das novas práticas não basta só desobediência civil e subversão estética, precisamos ter mais discursos coerentes com a sua prática e menos práticas fabricadas apenas para produzir discursos.

Como o saber, não basta só independência, honestidade ou sinceridade intelectual; se queremos uma verdadeira Renda Básica sem perder seu espirito libertário, precisamos nos preocupar em produzir mais conhecimento de causa e menos conhecimento teórico ou mesmo empírico sem compromisso social.

Precisamos mais conhecimento dirigido para os povos e não a governos, mercados. Ou vamos amargar mais programas de condicionamento de massas de governos autoritários e tábuas de salvação de estados e ideologias falidas revendidas como se fosse liberdades reais.

Ninguém pode nem deve ficar implorando e esperando, mas não podemos pedir aos povos que outros se lancem no nosso lugar e abram os novos caminhos para o rumo que nós apontamos. Ninguém têm essa obrigação, só nós que

escolhemos a utopia não como retórica, mas como sentido de vida.

Não temos que virar nenhum Gandhi ou Bocage para isso. Mas quem chama os outros para seus caminhos tem no mínimo uma obrigação: tomar a frente e abrí-lo antes. Pode não conseguir fazer nada sozinho, nem fazer nada maior do que seus recursos, mas não pode apenas ficar rezando aos todo-poderosos que façam chover.

Não é portanto, de discursos com dados que convençam líderes que precisamos. Precisamos de novas realidades tão suficientemente concretas para que os mais corajosos possam imediatamente abandonar o velho mundo e se lançar ao novo, possam navegar em direção a sonhos possíveis como pioneiros e não como cobaias para produção de remédios ao velho mundo.

Eles são os verdadeiros pioneiros. E é de experiências que reconhecemos nestas pessoas e não objetos de estudo, mas o protagonistas do seu destino. Experiências que não sejam meros laboratórios, mas realidades e realizações suficientemente sólidas e perenes para que as pessoas possam confiar seu futuro.

Não faço segredo que portanto sinto falta de mais projetos independentes, vindo de simples cidadãos, fruto da livre iniciativa e solidários com sociedade civil organizada ou não. Pequenos sim, mas pretensiosos na transformação não do mundo, mas das pessoas. Porque como diz Paulo Freire “a educação não muda o mundo, só muda as pessoas, quem muda

o mundo são as pessoas". De fato me frustra ver as experiências perdendo o caráter de projeto social global e humanitário como Otjiviero e Quatinga Velho e se reduzindo a mera experimentação social utilitarista e economicista.

Tenho plena noção do quão patética para muita gente que teria muito mais condições de fazer mais pode parecer minhas pequenas iniciativas de dar realidade a Renda Básica. Mas seu esforço se tornam muito mais compreensíveis quando se reconhece abertamente minha origem assim como eu o faço: Não sou branco, sou negro e por escolha de identidade. Não nasci nas piores senzalas do meu país, nem nas maiores casas grandes, mas é justamente por causa disto que como desperto preferi a luta dos libertos e fugidos ao invés do conforto dos pretos da casa e seus senhores.

Como veem meu problema é que tenho o sério defeito, especialmente para quem não tem o suficiente, de acreditar no que fala. Eu ainda por cima falo demais. E nesta última viagem pela Europa, falei muito. O bastante para perceber que de alguma forma, ainda que dentro das minhas minúsculas possibilidades materiais, poderia mais uma vez fazer algo além de só apontar o caminho. Poderia mais uma vez dentro das possibilidades retornar com o projeto ainda menor, e mais pretensioso ainda. Ademais como confessei tinha um compromisso não só com *a causa de vida que escolhi, mas com os amigos que fiz no projeto.* Assim embora o ciclo do antigo projeto-piloto tenha se fechado, uma nova Renda Básica está de volta em Quatinga Velho.

E é sobre este retorno que quero falar daqui por diante. Especialmente para quem quer tomar parte dessa nova fase da Renda Básica para nós.

O NOVO MODELO DE FINANCIAMENTO DE QUATINGA VELHO

Ao adquirir o livro acima você estará contribuindo para o projeto de Renda Básica, veja AQUI

Antes de mais nada, quero avisar o leitor que se ele busca os dados os 5 anos de Quatinga Velho, aqui só indicarei as referências. Idem para minhas propostas para o plano nacional imediato. Este é um texto sobre o futuro do projeto e uma proposta de geração independente e autossustentada com recursos privados da Renda Básica. O que não significa renuncia a demanda constitucional pelos dividendos sociais derivados da propriedade comum. Pelo contrário, não só mantemos nossa demanda para que os governos priorizem e paguem obrigatoriamente a Renda Básica como seu dever, como ao mesmo tempo, este modelo serve tanto de alternativa frente a sua prevaricação quanto de base para a ativação de uma futura rede de proteção social onde os

dividendos públicos não só se somariam, mas comporiam enfim sua fonte de recursos primária.

Porém se você espera um projeto de papel para milhares ou milhões, de pessoas, nem perca seu tempo. Não vou desenhar aqui nenhum plano de Renda Básica governamental dentro dos moldes dos velhos-estados nações: centralizado, fechado ou tributado que atende a todos no papel e ninguém na real. Minha intenção é descrever o caminho oposto, o da proposição dos menores núcleos necessários até chegar as maiores redes integradas possíveis. Entretanto se você, pelo contrário, acredita que pequenas ações feitas por poucas pessoas podem desencadear transformações, descentralizada, horizontais, com grande potencial de crescimento e replicação, este pode ser um texto para você.

Descrevo, portanto uma experiência que pode servir tanto a uma pequena vila ou tantas comunidades integradas em proteção social muito maiores dos que os próprios estados-nações. Estou sonhando? Com certeza, mas o faço ainda bem acordado.

Porque dia 16 de Janeiro de 2016 eu e minha companheira Bruna Augusto acabamos de começar de novo: executamos o primeiro pagamento da nova fase da Renda Básica de Quatinga Velho.

Muita gente não sabe (outras fingem que não), mas mesmo o plano anterior foi desenhado para ter um crescimento em rede, exponencial e replicável. Pode não ter sido bem sucedido nisto (nem sequer em se manter) o que como entre tantos outros erros cabe críticas, mas é inegável, o modelo de Quatinga Velho poderia ter crescido e ainda pode crescer especialmente se

considerarmos a crítica. Assim em observância, sobretudo aos nossos próprios erros e críticas que mais uma vez saímos decididos a iniciar o pagamento por conta própria e chamando as pessoas interessadas que nos ajudem a manter e ampliar o projeto. Porém desta vez, há algumas diferenças fundamentais:

1. O ReCivitas conta com um Fundo Permanente.

2. Um Fundo Garantidor da Renda Básica próprio para pagar a renda básica.

3. Crowdfunding e expansão de acordo com a demanda local.

4. Abertura de *chamamento para novas comunidades*.

5. Plano de emancipação de 21 anos.

6. A possibilidade de participação de indivíduos avulsos nos projetos.

7. E contribuições e redistribuição de renda voluntária entre os participantes.

Quem conhece a história de Quatinga Velho sabe que sempre tivemos preocupação com a sustentabilidade da Renda Básica, tanto que o primeiro projeto (que nunca vingou) havia um Fundo Permanente para Paranapiacaba- o qual abandonamos junto com a localidade para começar imediatamente a Renda Básica numa vila ainda menor.

Agora mais uma vez reduzimos o número de pessoas atendidas, mas não para reabilitar o projeto, e sim para ampliar sua segurança e longevidade, bem como aumentar seu potencial de crescimento. Novamente recuamos em dimensão para ganhar tanto em longevidade, quanto sustentabilidade e tempo de emancipação e possibilidade de crescimento, expansão e replicação.

Entretanto esses ajustes não se referem apenas a questão de estratégicas de tempo ou dimensão. Mas, a problemas como o modelo.

O problema com Quatinga Velho não era propriamente suas dimensões diminutas, pelo contrário essa sempre foi uma vantagem, mas não o suficiente. Não só Quatinga Velho continuava grande demais para nossos poucos recursos; como era necessário que pudesse constituir seu capital próprio para se bancar sozinha contando principalmente destes parcos recursos.

Para isso, até chegamos a constituir um Fundo Permanente, mas não pudemos capitalizá-lo mesmo sendo relativamente pequeno o valor e altos juros. E claro continuava sendo obviamente impossível pensar numa Renda Básica exclusivamente mantida só com a redistribuição de renda entre os moradores ou pior, só entre os participantes voluntários da comunidade. E talvez, por estar concentrado nestas limitações imediatas, não percebemos que independente de qualquer coisa o projeto precisava de correção conceitual.
Tínhamos uma visão equivocada quanto a relação de direitos e deveres que são distintos em contrato sociais voluntários e os

impostos. Ou se preferir entre pessoas de fato livre ou sob a tutela ou custodia de algum estado ou serviço social. É fato que um governo por monopolizar o bem comum e a associação compulsória e contratos de todos habitantes de um território não pode excluir ninguém do acesso ou provisão do mínimo vital, cumpra ele ou não seus deveres, reconheça ou não sua supremacia, submeta-se ou não a sua autoridade sob pena de crime contra a vida –reconhece ele ou não seu crime.

Uma sociedade livre não. Não só não impringe nada disso, como não só legalidade, mas justiça não pode demandar nada disso. E justamente por causa disso: não subtrair das pessoas sua liberdade de associação, monopolizar seu bem comum, nem demandar contribuições compulsórias sobre seus rendimentos particulares, não só não tem nenhuma obrigação de atender a todos, como a relação de direitos e deveres, mesmo quando com objetivos a garantia de direitos universais, como é o caso da Renda Básica, não impõe a seus participantes nenhum tipo de compromisso que não seja mutual e voluntário entre os responsáveis.

Isto quer dizer que no caso da Renda Básica por definição ninguém pode ser recusado e excluído se assumir voluntariamente todos os compromissos necessários para o respeito e garantia desse direito. Mesmo que sua capacidade contributiva ao sistema seja permanentemente zero. Conforme a ordem da demanda e a disponibilidade de recursos as pessoas devem ser sempre progressivamente incluídas. Sociedades voluntárias não podem estabelecer nenhum tipo de exigência para que as pessoas possam receber a Renda Básica nem tem como subtrair seu direito a uma. Rigorosamente só o estado tem (legitima ou não) tal prerrogativa de subtração das propriedades tanto privadas quanto comuns, de modo que se possa dizer que impede ou faz exigência para o recebimento de

um bem ou renda que como direito não lhe pertence propriamente.

A relação de direito e dever nas sociedades privadas é mutual, direta e indissociável: sem o cumprimento dos deveres necessários no caso a contribuição, por que sem ela não há constituição do bem ou a propriedade comum de onde deriva o rendimento de todos como direito. E mesmo que eles derivassem da posse coletiva de uma propriedade natural, esse dever ainda existiria como o dever da sua preservação. Não existe outra forma, para que uma renda para todos seja um direito é preciso ou restituir a propriedade natural ou formar sociedades sobre propriedades particulares, onde é preciso que os interessados contribuam primeiro para sua constituição, depois manutenção.

Direitos naturais não tem naturalmente deveres correspondentes, mas todo direito natural uma vez tomado sob a responsabilidade de uma sociedade precisa se constituir como dever social. Deveres não são condicionalidades, quando são condições necessárias a realização do direito, e quando as condições não estão mais naturalmente dadas, contribuições não são apenas meios necessários, mas princípios constituintes do direito enquanto relação social.

De fato, havíamos perdido a relação lógica das causas e efeitos entre direitos e deveres pela inconsequência da referência assistencialista. Uma coisa é impor certos empecilhos desnecessários para a consecução do direito. Outra é deixar que as pessoas assumam sua parte no que é preciso ser feito para ter seus direitos. Seja a condicionalidade que cria obstáculos ao direito, seja o assistencialismo que subtrai das pessoas suas responsabilidades; ambas estão tirando oportunidades importantíssimas ao desenvolvimento e emancipação ao separar a conquista do direito dos seus deveres, no caso a contribuição de cada um para a garantia da renda para todos.

Sabendo portanto que a Renda Básica não é tanto direito, quanto dever de todos, ela precisava estar compreendida no sistema para poder ser entendida como tal. No entanto, estávamos muito preocupados que a demanda por contribuição voluntária dos participantes fosse interpretada como condicionalidade, e aí estava nosso grande erro: afinal de contas quem deve pagar uma Renda Básica para uma comunidade senão ela mesma? Ok, Quatinga Velho é pobre e precisa de assistência; muita gente em Quatinga Velho não tinha um centavo para contribuir; e isto de fato requer o investimento, empréstimo ou doação de gente de fora, mas não elimina a necessidade da contribuição dos próprios moradores.

Não importava se era pouco, irrelevante, ou na prática apenas uma redução da sua Renda Básica. O fato é que, quem ganha pouco deveria receber mais do que paga, e quem ganha mais do que recebe pode contribuir com mais do que recebe, podendo é claro se não concordasse abandonar o compromisso.

Nem que pudéssemos gostaríamos de estabelecer nenhum tipo de contribuição compulsória, mas o modelo deveria prever um percentual de contribuição proporcional de contribuição para o pagamento de uma renda igual para todos.

Na verdade, essa contribuição não precisaria nem ser prefixada, nem ser definitivamente equitativa para todos. Desde que a diferença de contribuição fosse aceita por todos eles, não haveria problema que o percentual fosse distinto. Até porque especialmente no que se refere a renda particular de cada e não ao desconto direto na Renda Básica, esse recurso não só é uma

contribuição voluntária como seu capital continua pertencendo dentro do Fundo Garantidor da Renda Básica ao contribuinte.

Na verdade o mesmo princípio de decisão em comum acordo entre todos poderia ser aplicado também para aprovar diferentes rendas, conforme a necessidade especial de cada um. Podemos no futuro, ir das contribuições equitativas para as contribuições conforme a capacidade e das rendas iguais conforme as necessidades, de fato é algo que poderia ser objeto da livre negociação num contrato social onde o direito de livre associação e dissociação é livre, mas isso já é uma outra história.

O importante neste momento é que essa liberdade que a autogestão via Democracia Direta pela assembleia dos participantes (já aplicada com sucesso antes) permite que pessoas reduzam, se concordarem, a contribuição para que sua Renda Básica seja maior. Lembrando que é sempre permitido a quem não concorde não só não tomar parte, mas abandonar o projeto quando bem entender.

Logo, o modelo atual então está baseado numa contribuição sugerida pelo ReCivitas no percentual de 10 por cento do rendimento de cada pessoa participante. Para o pagamento de uma Renda Básica reiniciamos agora com 40 Reais. Por enquanto somente 14 pessoas concordaram em participar desta nova fase. Mas isso é normal. Como no início do outro projeto será preciso de tempo para entender seu funcionamento.

Entretanto já adianto que não creio que todos irão aderir. Não só porque alguns talvez teriam que contribuir mais do que

receberiam, ou porque teriam de demandar a votação da redução da sua alíquota de contribuição. Sinceramente, não sei se todo mundo gostaria de assumir esse compromisso público de contribuição mesmo sem ser obrigatório, porque não sei como lidam com a possibilidade de um dia poderem ter mais do que recebem. Mesmo sabendo que é possível abandonar o projeto sem nenhuma pena. Nem todo mundo se guia só pelo que não tem consequências legais ou não, mas também pela sua moral.

O modelo é claro está fundamentado nos princípios da Renda Básica, mas é sustentado em afinidade e confiança. Não há fiscalização. Quem fornecer informações com incorreção não será automaticamente excluído, porém tanto a admissão quanto a exclusão dos novos participantes da comunidade são decididas por votação via Democrática Direta e a quebra de confiança pode ser sim razão para dissolução do contrato entre qualquer participante, inclusive o ReCivitas.

Como dissemos, mesmo quem não tem nenhuma renda com esse modelo passa a contribuir com no mínimo 10 por cento da sua Renda Básica para o Fundo Garantidor da Renda Básica.

O Fundo Garantidor da Renda Básica não deve ser confundido com o Fundo Permanente do ReCivitas para projetos de Renda Básica. O Fundo ReCivitas pode ser investido em qualquer comunidade e pertence à instituição. O Fundo Garantidor é formado pelas contribuições dos participantes e mesmo quando não advém propriamente do seu patrimônio, mas contabilmente composto apenas da parte descontada da Renda

Básica, eles pertencem ao beneficiário e poderão ser sacados por ele, caso requisite empréstimo ou saia do projeto.

É importante destacar que neste Fundo Garantidor nenhum contribuinte renuncia ao seu patrimônio. Ele é somado para prover o rendimento necessário para um dia pagar tanto o total de Renda Básica para todos, quanto seu respectivo Dividendo Social. Assim quem contribui em valores absolutos com mais, embora receba a mesma Renda Básica, terá no final do projeto maior participação no seu Fundo Garantidor porque de fato possui maior participação. E claro, sempre poderá sacar a qualquer momento a sua parte no Fundo Garantidor e sair do projeto. Assim como qualquer investidor.

Notem que o rendimento do Fundo Garantidor só vem a se efetivar como Dividendo Social a partir do momento que as contribuições são maiores. Claro que com as correções financeiras provocadas isso se tornará cada vez mais possível. Mas não é esse o ponto. O importante é que não precisamos contar para sempre nem com os doadores nem com o rendimento, só com a fonte principal onde as comunidades são pobres e os juros são altos. Com o desenvolvimento local o fator determinante passa a ser a contribuição dos moradores que funciona como redistribuição direta e voluntária de renda, enquanto o Fundo sua seguridade para momentos de crise. (veja tabela 2)

E é nisto que o projeto tem elementos inovadores interessantes. Além é claro permitir a expansão planejada via ***crowdfunding*** seja conforme a demanda de novos moradores, seja pela disponibilidade e abertura de

chamamento para novas comunidades. Em todos os casos é possível projetar não apenas qual o valor necessário para suplementar a Renda Básica a partir das contribuições absolutas dos novos participantes, mas sempre estimando constantemente o tempo necessário para que cada comunidade atinja a sustentabilidade e posteriormente a emancipação.

Também é possível neste modelo a indivíduos que não moram nas comunidades aderirem individualmente a Renda Básica, claro que mais como contribuintes, mas também como beneficiários uma vez que tem direito a mesma Renda Básica descontada, e sua contribuição devidamente depositada no fundo garantidor de Quatinga Velho. Esses beneficiários não representam custo, eles ajudam e aceleram a emancipação de uma comunidade pura e simplesmente tomando parte voluntária (se aceitos) dela. Estarão, salvo necessidade, contribuindo sempre mais do que recebem, mas terão não só direito a proteção da Renda Básica no valor dos locais que contribuir como também farão parte do Fundo Garantidor, e como qualquer beneficiário, terão direito também ao seu Dividendo Social. Ou seja, a melhor forma de ajudar a Renda Básica é se tornando parte da comunidade da Renda Básica.

Essa é uma forma de investir socialmente diretamente no desenvolvimento humano do local ao mesmo tempo que se torna parte da própria comunidade e inegavelmente parte do projeto como igual. Na verdade ainda não é possível investir propriamente falando. Mas é possível assinar o termo de compromisso de participação no Fundo de Investimento. Ele não tem valor de cobrança, serve para nosso planejamento para sua constituição. Por isso as doações continuam absolutamente

necessárias, elas se somarão ao Fundo Permanente da Renda Básica do ReCivitas.

Estas são as bases do novo modelo de Renda Básica do ReCivitas que mais uma vez recomeça por Quatinga Velho e que pode se expandir não mais de acordo com nossos recursos atuais, pelo menos para essas famílias que não irão parar em menos de 21 anos, tempo suficiente para que o Fundo Garantidor esteja suficiente capitalizado para bancar permanentemente no mínimo Renda Básica incondicional. Somos teimosos, recomeçamos mais uma vez sozinhos em Quatinga Velho, mas continuamos sonhadores porque de novo esperamos não terminar sozinhos, nem só com ela.

Quem quiser doar para o Fundo pode depositar diretamente nas seguintes contas bancárias do Brasil e Alemanha, veja aqui.

Se preferir você também pode contribuir para o projeto adquirindo um dos seguintes livros:
· Renda Básica Libertária. O verdadeiro dízimo.
·Lições da Renda Básica em Quatinga Velho. Ou o que se aprende quando não se pede nada em troca.
· 209 Razões para ter Fé Renda Básica garantida. (coletânea e manifesto)
· E novo em inglês: LESSONS FROM THE PRACTICE OF BASIC INCOME(coletânea e novos artigos)

Mas não se preocupe, eles estão sob a licença ⒶRobinRight [i], e você não precisa necessariamente comprá-los se quiser lê-los, só se realmente quiser contribuir conosco.

DADOS E NÚMEROS DO NOVO MODELO DE QUATINGA VELHO

Quero agradecer a todos que nos ajudaram e estimularam para que não desistíssemos. Em especial aos amigos: Henrik Wittenberg, Uschi Bauer, Eric Hurner, Nicole Teke, Dorothee Schult-Basta, Stefan Fueser, Dario Figueira e Finn Jesch.

· **Tempo de Financiamento do Projeto:** 21 anos
· **Fontes de Financiamento:**

_ *Fundo Permanente ReCivitas,*
_ *Doadores Particulares,*
_ *Contribuição dos Beneficiários*

· Previsão de Duração da Renda Básica: Permanente.
· Valor Absoluto da Renda Básica: R$ 40
· Valor total mensal: R$ 560
· Contribuição ao Fundo Garantidor: R$ 280
· Renda Básica Efetivamente Recebida: R$ 280
· Alíquota da Contribuição: aprox. 10% do rendimento bruto per capita.
· Número de Beneficiários: 14 pessoas. 3 famílias.
· Localidade: Quatinga Velho, Mogi das Cruzes, SP, Brasil.

Primeiro Pagamento no Novo Modelo Garantido

Efetivado 28 de Janeiro de 2016

Tabela 1

Família	Membros	10%	RBI	RB Paga
M	5	100	200	100
C	5	100	200	100
V	4	80	160	80
3	14	280	560	280

Projeções

Emancipação Sustentável

Para efeito de demonstrativo do modelo, sem aplicação de nenhum juros ou correção monetária que são consideráveis, temos ao final de 21 anos.

Tabela 2

Família	Membros	FGRB	RBI	RB Paga	10%	1% FGRB	RB FGRB
M	5	25.200	50.400	25.200	100	50,75	150,75
C	5	25.200	50.400	25.200	100	50,75	150,75
V	4	20.160	40.320	20.160	80	43,50	123,50
3	14	70.560	141.120	70.560	280	145	425

Outras Projeções

Beneficiários não Moradores

Uma projeção alternativa é a de possíveis beneficiários não moradores. Usamos nossa própria como exemplo:
Considerando que já somos doadores regulares, porque não entramos no projeto? Afinal é mais vantajoso contribuir efetivamente com 200 reais para o FGRB do que simplesmente só pagar a RB. O problema no nosso caso, é que o Fundo Permanente não cobrirá anualmente com seus rendimentos mais do que aproximadamente R$ 200 por mês. Logo estamos doando efetivamente R$ 360 e para participar do projeto também como beneficiários de acordo com a contribuição sugerida precisaríamos de fato de outros R$ 200 para depositar no Fundo Garantidor. Em outras palavras precisamos esperar que ou Fundo Permanente do ReCivitas cresça, ou o Fundo de Investimento Social finalmente se forme. Porém para qualquer outra pessoa que pretenda doar com regularidade a melhor forma é o Fundo Permanente, porque como dissemos o valor é voluntário e sugerido. E o que interessa não é saber o quanto você está doando do que tem, mas a diferença. Se a comunidade aceitá-lo como membro isto significa que ela aceita seus valores também.

Nota:

[i] *A licença ⒶRobinRight na verdade permite até mais: você pode até copiá-los para uso comercial (ou lucrativo) mas neste é obrigatório pagar o royalties ao autor ou proprietário da obra.*